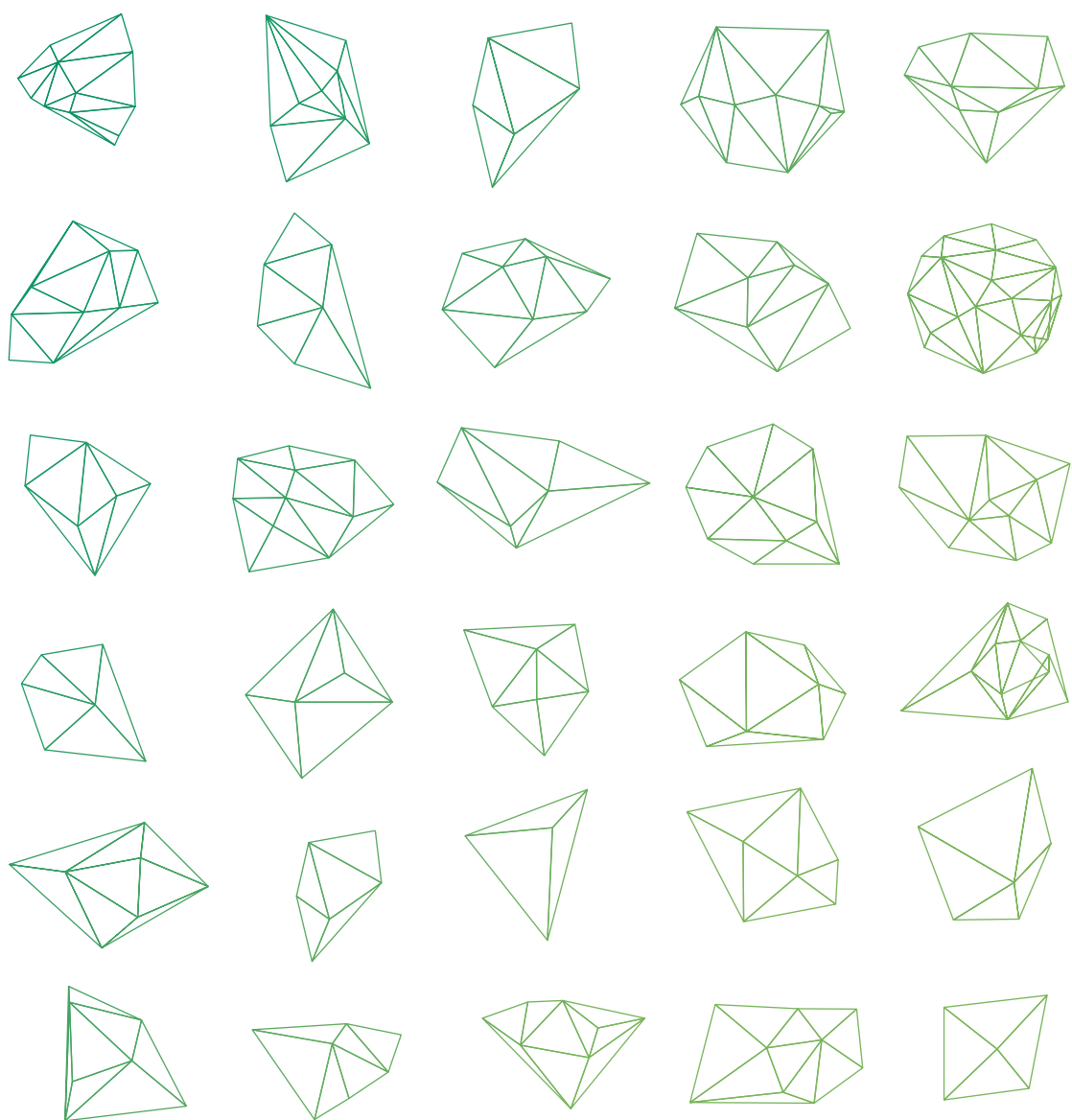




PROPOSTAS OE 2018: INVESTIR & QUALIFICAR



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL



PROPOSTAS OE 2018:

INVESTIR & QUALIFICAR



MENSAGEM DO PRESIDENTE

ANTÓNIO SARAIVA

OLHAR O FUTURO COM AMBIÇÃO

Portugal vive hoje momentos de esperança e de confiança no seu futuro, fruto do relançamento do investimento privado. Os empresários, com a ambição de sempre, voltam a acreditar na economia nacional.

Com o seu sentido de risco, a sua determinação e espírito de compromisso, o sonho e a crença num futuro melhor, os empresários são agentes essenciais para um bom desempenho económico.

São eles que investem, são eles que criam emprego, são eles que dinamizam a economia. É com eles que Portugal cresce. Esse é o seu papel.

O do governo é o de remover os obstáculos que ainda retardam o desenvolvimento económico.

Depois dos enormes sacrifícios empreendidos num passado recente e que se revelaram fundamentais para ultrapassar a gigantesca crise financeira e corrigir os profundos desequilíbrios verificados, o nosso País encetou um rumo de crescimento num quadro de convergência real com as economias europeias. No entanto, apesar dos auspiciosos progressos alcançados, eles não são suficientes para que num período relativamente próximo se consiga libertar o País e as futuras gerações dos grilhões da dívida pública, nem tão pouco para financiar de forma sustentada os encargos sociais que vão sendo reforçados.

Ao Estado, no seu todo, exige-se um esforço continuado na diminuição de despesa e no aumento de receita, na certeza que só o reequilíbrio das contas públicas será capaz de inverter a escalada da dívida pública.

Ao governo, exige-se que consolide os ganhos alcançados através de uma política de estímulos ao investimento, de simplificação de processos, de incentivos a quem arrisca. E, sobretudo, que coloque a fiscalidade ao serviço da economia e não a economia ao serviço da fiscalidade e da voragem da despesa pública.

Só um crescimento alto e continuado conseguirá retirar Portugal do espectro do endividamento. Só assim colocaremos um fim ao Portugal adiado.

Na CIP consideramos que é necessária mais ambição. Maior reformismo, maior investimento e maior crescimento.

Temos uma visão integrada e ambiciosa para o País e um conjunto de ideias muito concretas para que isso se torne realidade, já neste próximo Orçamento do Estado.

Assente em três vetores estratégicos – no financiamento e capitalização das empresas, na fiscalidade e na qualificação, consideramos ser este o tempo de lançar Portugal numa fase de crescimento mais sólida, mais sustentável e mais ambiciosa.



ÍNDICE

Sumário Executivo	6
Propostas CIP	8
Síntese Macroeconómica	16
Produtividade	22
Investimento	25
Financiamento	29
Fiscalidade	34
Qualificação	38



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

SUMÁRIO EXECUTIVO

A aceleração da atividade económica, resultante do bom desempenho das exportações e da retoma do investimento, abre perspectivas para uma recuperação mais forte da economia portuguesa em 2017, compatível com a continuação da correção dos principais desequilíbrios macroeconómicos.

No entanto, a correção desses desequilíbrios e o retorno da economia portuguesa a um rumo de convergência real no quadro europeu requerem que o crescimento económico que está agora a ressurgir se mantenha e se reforce num horizonte temporal de médio e longo prazo, sendo para isso necessário que se torne consistente com um modelo de economia competitiva, assente em aumentos da produtividade.

Tal não se verifica ainda, tendo-se observado uma dinâmica muito fraca da produtividade do trabalho, dinâmica essa que persiste na atual fase de recuperação económica. Em 2016, registou-se mesmo uma queda da produtividade do trabalho de 0.2%, que anulou os ganhos observados em 2015. Esta tendência põe em risco a sustentabilidade da recuperação económica, estando, aliás, subjacente às atuais projeções que apontam para um abrandamento da atividade económica em 2018 e 2019. Outros custos – energéticos e de contexto – permanecem elevados em comparação com os nossos principais parceiros e concorrentes comerciais.

Acresce que começam a surgir sinais de aumentos de custos, nomeadamente salariais que, não sendo suportados por ganhos de produtividade, tenderão a penalizar a competitividade externa da economia, com impactos negativos nas duas variáveis chave essenciais ao crescimento económico: o investimento e as exportações.

Neste contexto, no presente documento centramos a nossa atenção no tema da produtividade, apresentando as propostas da CIP para acautelar as consequências do seu fraco desempenho e, sobretudo, para ultrapassar os fatores que estão na sua origem.

Neste sentido, foram definidos dois sub-temas que consideramos cruciais para assegurar uma progressão mais favorável da produtividade: **o investimento e a qualificação do capital humano.**

No que respeita ao **investimento privado**, foram identificadas duas condicionantes fundamentais: o financiamento e a fiscalidade. As dificuldades no financiamento à atividade empresarial do setor privado continuam a constituir um sério constrangimento a um relançamento mais forte do investimento e à desejável mudança estrutural da economia portuguesa. Em 2016, o ‘stock’ de crédito interno às sociedades não financeiras prosseguiu a sua trajetória descendente, consistente com o processo de desalavancagem das empresas, mas refletindo, por outro lado, a manutenção das suas dificuldades no acesso ao financiamento bancário.

Contudo, o crédito bancário devia ser complementar ao capital próprio das empresas e não o inverso, como sucede em Portugal (e também na maior parte dos países da União Europeia). De facto, uma das fragilidades estruturais do nosso tecido empresarial é a excessiva dependência de crédito bancário, sobretudo de curto prazo. Esta fragilidade torna-se particularmente perturbadora numa situação em que os bancos se encontram debilitados pelos elevados rácios de crédito em incumprimento e em que uma proporção significativa das empresas portuguesas apresenta estruturas financeiras

desequilibradas, com elevados níveis de endividamento. Esta questão assume uma importância crucial no caso das PME, sendo urgente a sua recapitalização e a substituição do crédito bancário por financiamentos/dívida de maior estabilidade, ou mesmo com a natureza de quase capital.

OE 2018

Defendemos a aplicação de uma estratégia global que dê resposta ao problema do crédito em incumprimento facilitando a reestruturação da dívida das empresas economicamente viáveis. É ainda fundamental que seja reforçado o papel da Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD) como um instrumento dinamizador de diversificação das fontes de financiamento e da capitalização das PME. É crucial que seja incluída no Orçamento do Estado para 2018, a regularização urgente dos pagamentos em atraso por parte das entidades públicas. É ainda fundamental que o próximo Orçamento do Estado contemple medidas que estimulem o recurso aos capitais próprios. Neste sentido, propomos que seja incluída a atribuição de um crédito fiscal aos sócios de empresas que realizem entradas em dinheiro para repor o capital social. Deverá também ser alargado o âmbito da aplicação do regime da remuneração convencional do capital social.

Em relação à **fiscalidade**, a análise a que procedemos revela a tendência crescente da carga fiscal em Portugal nos últimos 20 anos e os aspetos em que o nosso sistema fiscal se mostra mais desfavorável à competitividade externa e à atratividade da economia nacional. É necessário, pois, inverter claramente essa tendência e atenuar o desincentivo que a fiscalidade representa ainda para o investimento e a atividade dos empresários. Reduzir a carga fiscal sobre as empresas e as famílias, e tornar o sistema fiscal português mais competitivo, mais previsível e simples, são objetivos fundamentais para relançar duradouramente o investimento.

OE 2018

Tendo em conta esta realidade, defendemos que o Orçamento do Estado para 2018 retome o calendário de redução da taxa de IRC fixando-a, no máximo, em 19%. Ao mesmo tempo, e tendo em conta o peso das PME no tecido empresarial português, consideramos fundamental aumentar para 50 mil euros o limite de matéria coletável para efeitos de aplicação às PME da taxa reduzida de 17% em sede de IRC. Da mesma forma, e ainda no campo fiscal, seria também importante alargar os escalões de lucro tributável para efeito de aplicação da derrama estadual, de modo a abranger apenas empresas com lucro superior a 5 milhões de euros.

No relançamento do **investimento público**, a prioridade deverá ser colocada na melhoria da conectividade internacional, nomeadamente nas infraestruturas ferroviárias para transporte de mercadorias. Estes objetivos deverão ser conciliados com a necessária redução gradual da dívida pública, aliviando este pesado constrangimento da política orçamental e concorrendo para a redução dos custos de financiamento da economia. Para tal, importa proceder uma reforma do Estado e da Administração Pública, com vista à redução estrutural da despesa pública corrente.

A **qualificação dos recursos humanos** constitui outro vetor crucial para o crescimento económico com base na produtividade. É um desafio exigente, tanto ao nível da formação inicial, que deverá desenvolver competências básicas para a vida e adequar-se às novas exigências do mercado, como, sobretudo, ao nível da formação dos ativos empregados e desempregados. Neste, como noutros domínios, é necessário colocar a empresa no centro estratégico das políticas públicas, devendo o Estado concentrar-se nas suas funções de regulador e delegar nas Associações Empresariais e Centros de Formação Profissional competências de gestão e execução dos programas de formação e desenvolvimento empresarial.

Neste campo, defendemos que o Orçamento do Estado para 2018 inclua medidas que reforcem e estimulem a formação e, como tal, propomos que os investimentos em requalificação devidamente comprovados e confirmados pelos formandos sejam dedutíveis à matéria coletável, em sede de IRC, em 150%.

OE 2018

Finalmente, o **relançamento da indústria** como setor apto a competir numa economia mundial é fundamental para assegurar um saudável equilíbrio externo da nossa economia, para fortalecer a sua capacidade de inovação e para gerar empregos qualificados.

Este é um desafio que cruza várias áreas de atuação, desde a racionalidade e custos das infraestruturas, à profunda alteração, quer da produção, quer dos modos de consumo de energia, culminando na abertura a novas indústrias baseadas no conhecimento, na introdução sistemática das tecnologias digitais e de informação nos setores mais tradicionais das atividades económicas e na poupança dos recursos naturais. Trata-se de um desafio complexo, mas inevitável e inadiável.

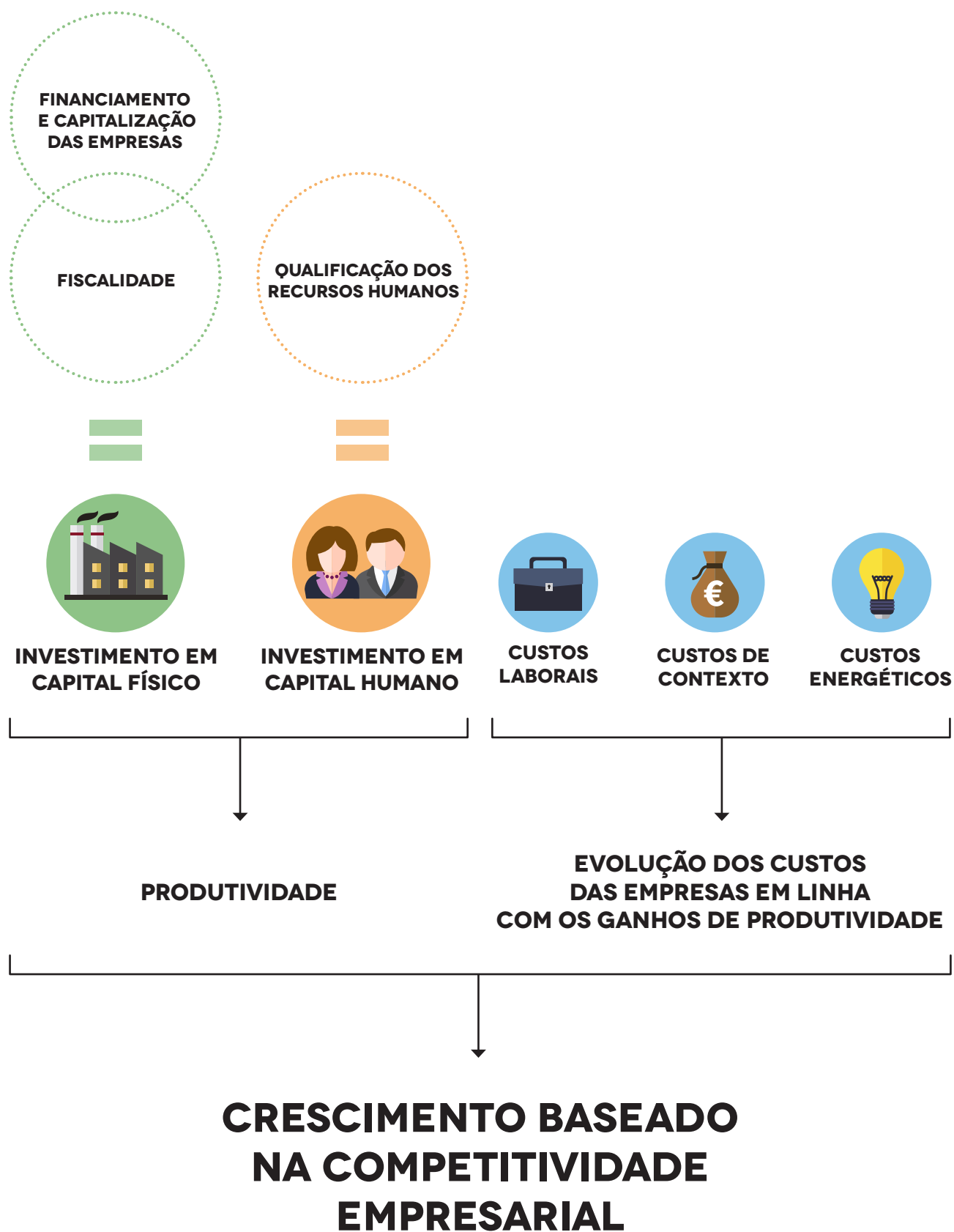
A CIP insiste, por isso, na necessidade de uma estratégia industrial que coloque a inovação e a competitividade empresarial como preocupação transversal em toda a intervenção do Estado na economia.

Esta preocupação está subjacente às propostas que a CIP apresenta.

Publicação realizada com dados disponíveis até ao dia 1 de agosto de 2017



PROPOSTAS CIP



FINANCIAMENTO E CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS

Na perspetiva da CIP, **a resposta aos atuais bloqueios ao financiamento requer respostas integradas que reduzam os elevados rácios de crédito em incumprimento e promovam a reestruturação financeira das empresas**, facilitando o recurso a capitais próprios e promovendo mecanismos adicionais e alternativos dirigidos ao reforço dos seus capitais permanentes, reduzindo assim a excessiva dependência do financiamento bancário de curto prazo.

Assim, a CIP propõe:

- Aplicação de uma estratégia global que dê resposta ao problema do crédito em incumprimento, facilitando a reestruturação da dívida das empresas economicamente viáveis pelo alongamento dos seus prazos e redução do seu serviço, bem como pela transformação da dívida em capital, nos casos em que tal é possível;
- Reforço do papel da Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD) como um instrumento dinamizador de diversificação, quer das fontes de financiamento e de capitalização das PME, quer dos instrumentos à sua disposição, promovendo, nomeadamente, uma adequada utilização do Capital de Risco e do Sistema de Garantia Mútua.

Para inclusão no Orçamento do Estado para 2018:

- Regularização urgente, completa e definitiva dos pagamentos em atraso por parte de todas as entidades públicas.
- Respeito escrupuloso dos prazos de pagamento legal ou contratualmente estabelecidos, no respeito integral pela legislação em vigor, incluindo a aplicação efetiva de juros de mora em todos os pagamentos em atraso, sem necessidade de interpelação pelo credor.

A CIP apela também à rápida implementação das medidas previstas no quadro do Programa Capitalizar, das quais destacamos as seguintes:

- Criação de fundos de investimentos com recursos públicos disponíveis para investir em empresas em situação económica difícil, com eventual participação de entidades privadas;
- Promoção de operações de titularização de créditos de PME e Mid Cap através da prestação de garantias às carteiras de crédito.
- Promoção da participação no mercado de intermediários financeiros especializados em PME e Mid Cap;
- Dinamização do mercado de transação e ou de projetos de agregação de empresas, designadamente através de uma plataforma e do respetivo suporte técnico.

Para inclusão no Orçamento do Estado para 2018:

- Alargamento do regime da remuneração convencional do capital social:
 - i) aos aumentos de capital por conversão de direitos de crédito de terceiros em participações sociais;
 - ii) aos aumentos de capital com recurso aos lucros gerados no próprio exercício;
- Atribuição de crédito fiscal aos sócios de empresas que realizem entradas em dinheiro para repor o capital social, nos casos em que o capital próprio seja igual ou inferior a metade do capital social. Os montantes injetados serão deduzidos aos rendimentos distribuídos por essa sociedade a título de dividendos, ou às mais-valias geradas com a venda dessa participação, nos anos seguintes.

FISCALIDADE

Há que imprimir ambição e consistência a uma estratégia orçamental baseada na redução da carga fiscal, no quadro de um sistema fiscal mais competitivo, mais previsível e mais simples.

É indispensável pôr a fiscalidade ao serviço da economia e não a economia ao serviço das autoridades tributárias.

Assim, a CIP propõe, para o Orçamento do Estado para 2018:

- Garantir que a tributação que incide direta ou indiretamente sobre as empresas não é agravada e que não serão criados novos impostos ou taxas que afetem as empresas;
- Retomar o calendário de redução da taxa de IRC fixando-a, no máximo, em 19%. O objetivo de eliminação das derramas deveria ser recuperado, deslizando o prazo previsto de 2018 para 2019;
- Avaliação de todas as taxas /contribuições que recaiam sobre as empresas e eliminação das que comprovadamente não tiveram contrapartidas em 2016 e 2017.
- Não introdução de novas taxas, contribuições e impostos especiais sobre o consumo.
- Aumentar para 50 000 o limite de matéria coletável para efeitos de aplicação às PME da taxa reduzida de 17%, em sede de IRC, sem prejuízo de taxas inferiores a aplicar ao abrigo do regime de interioridade;
- Alargar os escalões de lucro tributável para efeito de aplicação da derrama estadual, de modo a abranger apenas empresas com lucro superior a 5 milhões de euros, segundo a seguinte tabela:

Lucro tributável (euros)	Taxa (%)
De mais de 5 000 000 até 15 000 000	3
De mais de 15 000 000 até 50 000 000	5
Superior a 50 000 000	7

- Aumentar a 35% a percentagem máxima do montante das aplicações relevantes para o investimento realizado até ao montante de 10 milhões de euros que pode ser deduzida à coleta de IRC ao abrigo do Regime Fiscal de Apoio ao Investimento;
- Atenuar os aspetos mais gravosos da tributação autónoma em sede de IRC, reduzindo as respetivas taxas nos seguintes casos:
 - Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores e gerentes: taxa de 15%
 - Encargos com viaturas ligeiras de passageiros, viaturas ligeiras de mercadorias, motos ou motocicletas, de acordo com a seguinte tabela:

	Híbridos Plug-in	GPL ou GNV	Energia Elétrica	Outros
Custo de aquisição: inferior a € 25.000	0%	5%	0%	10%
Custo de aquisição: entre € 25.000 e € 35.000	7,5%	10%	0%	15%
Custo de aquisição: igual ou superior a € 35.000	10%	15%	0%	20%

- Considerar os gastos com prémios de seguros de saúde atribuídos aos colaboradores, para efeitos da determinação do lucro tributável, em valor correspondente a 140% (à semelhança do que se verifica com as despesas respeitantes a creches e jardins-de-infância em benefício do pessoal da empresa e seus familiares).

QUALIFICAÇÃO

Numa economia cada vez mais tecnológica e digital em que constantemente se exigem novas competências, é vital apostar na aprendizagem ao longo da vida, concebendo políticas e programas que permitam qualificar e requalificar os recursos humanos (ativos e desempregados).

Para que as empresas portuguesas se mantenham competitivas a médio e longo prazo é preciso assegurar que o seu capital humano está devidamente qualificado para enfrentar os novos desafios, nomeadamente da digitalização.

As empresas sentem dificuldades crescentes na contratação de mão de obra qualificada em setores e profissões específicas que urge resolver.

É assim preciso assegurar uma resposta à cada vez maior necessidade das empresas em qualificar os seus ativos e em recrutar novos colaboradores que já detenham perfil de competências adequado.

Assim, a CIP propõe:

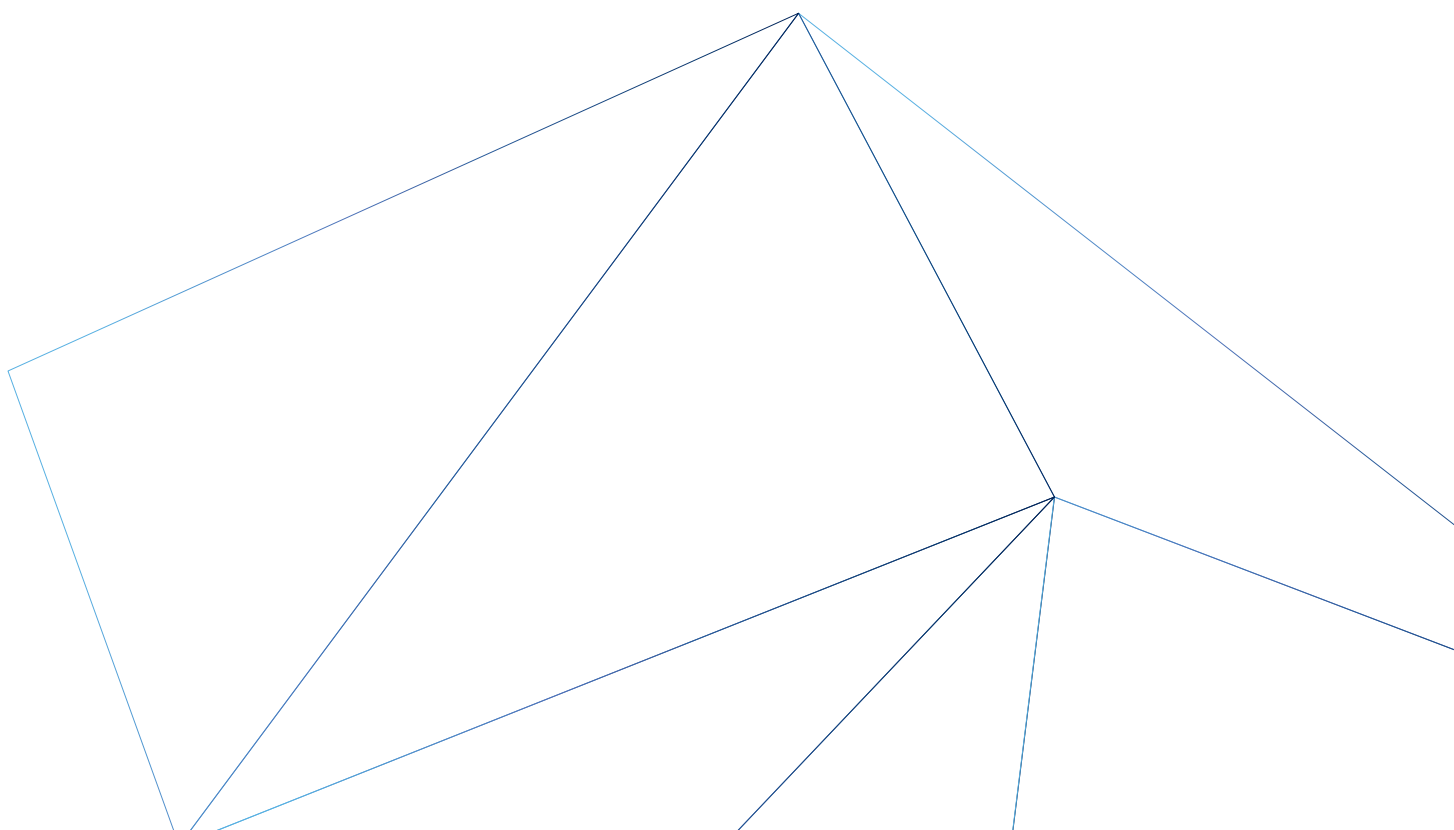
- Assegurar a adequada implementação das medidas referentes à qualificação constantes do acordo de concertação social, assinado a 17 janeiro 2017:
 - Priorizar o domínio da qualificação de adultos e jovens, em especial quanto à mobilização de meios a realocar nas verbas do PT2020, incluindo um compromisso expresso de especial apoio aos Centros de Formação Protocolares e às organizações formativas dos parceiros sociais com assento na CPCS e seus associados, no âmbito de uma parceria alargada para o reforço do desígnio nacional estratégico em torno da qualificação;
 - Reforço do apoio ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de novas e jovens empresas, aprofundar e reforçar os programas em vigor ou criar novas medidas que congrequem aconselhamento técnico, desenvolvimento e capacitação de competências, acompanhamento do projeto nos primeiros anos de vida, facilitação do acesso e condições do crédito e estabelecimento de uma rede de contactos.
- Incentivar na sociedade portuguesa um sentimento global da importância capital da Aprendizagem ao Longo da Vida.
- Valorizar o ensino técnico profissional e desenvolver programas de reconversão e requalificação de ativos jovens dotando-os de competências adequadas às necessidades do tecido produtivo.
- Reforçar a esfera de atuação do IEFP conferindo-lhe, de novo e na prática, o papel central no desenvolvimento e implementação das políticas públicas de promoção do emprego e formação profissional.
- Neste âmbito, o fortalecimento do orçamento do IEFP assume particular importância. Atendendo à missão do IEFP e às suas fontes de financiamento (nomeadamente a Taxa Social Única e o Fundo Social Europeu), as cativações que se têm verificado ao longo dos últimos anos não são compatíveis com uma estratégia de valorização dos recursos humanos.

QUALIFICAÇÃO

- Assegurar que as estruturas de formação existentes – em Portugal existem ótimos centros de formação – são dotadas das verbas necessárias para que desenvolvam todo o seu potencial, permitindo que inovem e desenvolvam programas de formação de ativos que respondam às necessidades das empresas.
- Deve apoiar-se financeiramente, através dos centros de formação profissional com vocação empresarial, instrumentos como formação-ação, cheque formação, unidades de curta duração ajustadas às necessidades das empresas, formação à medida, estágios com tutoria empresarial, diagnóstico de necessidades empresariais.
- No âmbito da Educação, a preparação das gerações futuras não pode descuidar as necessidades da economia e do mercado de trabalho pelo que defendemos o reforço dos modelos de colaboração entre as instituições de ensino e as empresas.
- Neste âmbito, as associações empresariais estão disponíveis para desenvolver parcerias com as escolas e universidades, no sentido de desenvolver novas propostas pedagógicas que aproximem os estudantes do mercado de trabalho e respondam às necessidades das empresas.

Para inclusão no Orçamento do Estado para 2018:

- Os investimentos em requalificação devidamente comprovados e confirmados pelos formandos devem ser dedutíveis à matéria coletável, em sede de IRC, em 150%.



EVOLUÇÃO DOS CUSTOS SALARIAIS, DE CONTEXTO E ENERGÉTICOS

No âmbito dos custos salariais:

- Assegurar uma evolução do **salário mínimo** em linha com critérios objetivos, reconhecidos nos acordos que foram estabelecidos neste domínio em sede de concertação social: a inflação, a produtividade, a competitividade e o emprego.

No âmbito dos custos de contexto:

- Dar resposta aos principais problemas das empresas, onde se destacam: a morosidade, os custos, à tramitação e os resultados das execuções, o funcionamento dos tribunais de comércio, o acesso à Justiça ou os critérios de distribuição processual.
- Prosseguir a consolidação dos diplomas legais para evitar a grande pulverização da legislação aplicável em muitas situações e melhorar a operacionalidade do sistema de **licenciamento**, dando especial atenção à interface entre os organismos centrais e locais do Estado e os requerentes. É necessário um esforço de formação e de apetrechamento em meios informáticos por parte de algumas entidades com competências nestas matérias, designadamente os Municípios.
- Considerando positivo o programa **Simplex +**, designadamente o modelo de avaliação prévia de impacto económico legislativo “Custa Quanto?”, implementado em 2017 como projeto-piloto, que inclui o Teste PME, é necessário assegurar a participação de representantes empresariais no desenvolvimento deste mecanismo, por forma a garantir a sua eficácia. Progredir no sentido de todos os custos de determinada regulamentação (presentes e futuros) serem considerados e comparados com os benefícios.

No âmbito dos custos energéticos:

- Para que o sistema elétrico possa ser mais competitivo, não deverão, por princípio, ser celebrados com produtores de energia novos contratos que garantam preços acima do mercado. Isto é: as “*feed-in tariffs*” só deverão ser atribuídas se e enquanto forem indispensáveis, numa lógica de processo competitivo *ex ante*;
- Deverá existir a maior contenção nos investimentos em infraestruturas de gás e de eletricidade, até porque os consumos não estão a crescer;
- A CIP considera importante que se tomem medidas tendentes a uma maior equidade na redução das rendas energéticas, mas sem ignorar os direitos contratuais das partes.
- A CIP defende que deve ser conferida prioridade nacional à **eficiência energética** com a criação de estímulos mais eficazes ao investimento no edificado e com o reforço das medidas de apoio à eficiência energética na indústria, alargando a sua abrangência a todas as fases dos projetos.



SÍNTESE MACROECONÓMICA

No cômputo do ano de 2016, a atividade económica em Portugal foi marcada pela queda do investimento, que interrompeu a recuperação iniciada em finais de 2013, e pelo menor dinamismo das exportações, penalizadas pelo menor crescimento da procura externa. A taxa de crescimento do PIB abrandou de 1.6%, em 2015, para 1.4%, em 2016. Contudo, a evolução da economia ao longo do ano apresentou

um perfil muito distinto entre o primeiro e o segundo semestres, com uma aceleração acentuada da atividade económica após um significativo abrandamento na primeira metade do ano. Para este perfil ascendente, contribuiu a recuperação das exportações de bens e serviços, a partir de meados do ano, e do investimento, no quarto trimestre.

ECONOMIA ACELERA DESDE O 2º SEMESTRE DE 2016

TAXA DE CRESCIMENTO (%)

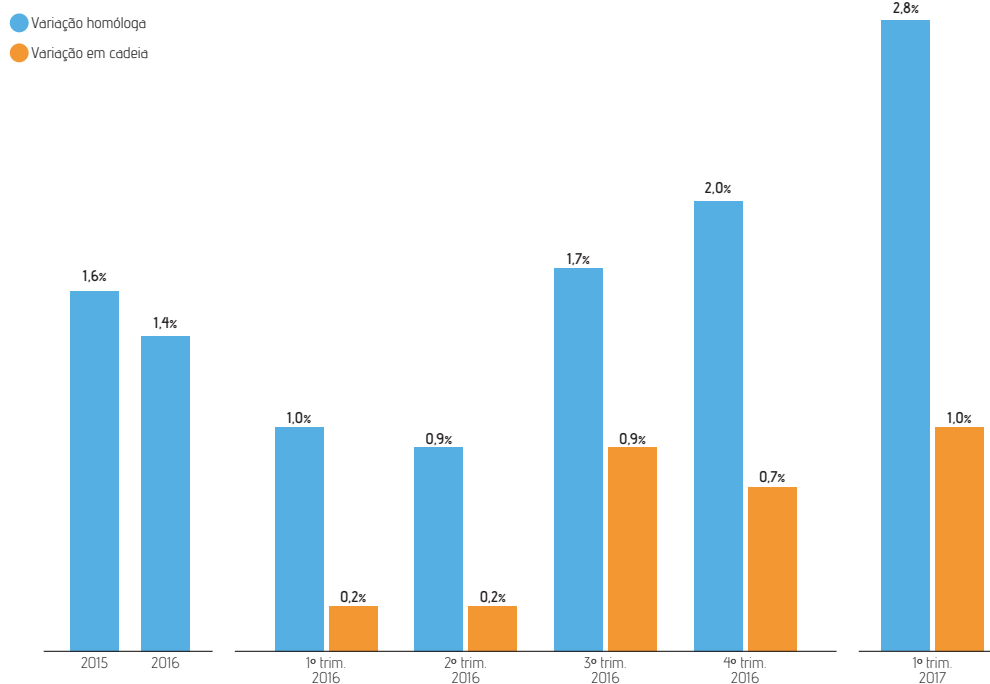


FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DO PIB 2015–2017; FONTE: INE – CONTAS NACIONAIS

EM 2016, AS EXPORTAÇÕES ACELERARAM A ECONOMIA

VARIAÇÃO ANUAL EM VOLUME (%)

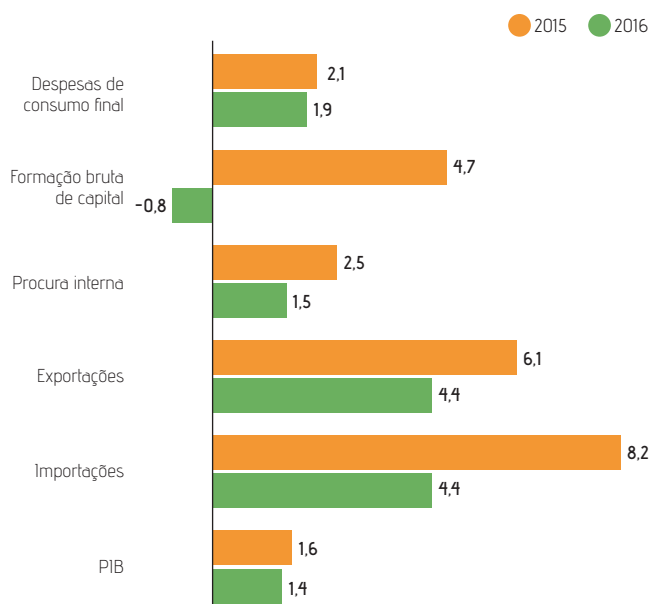
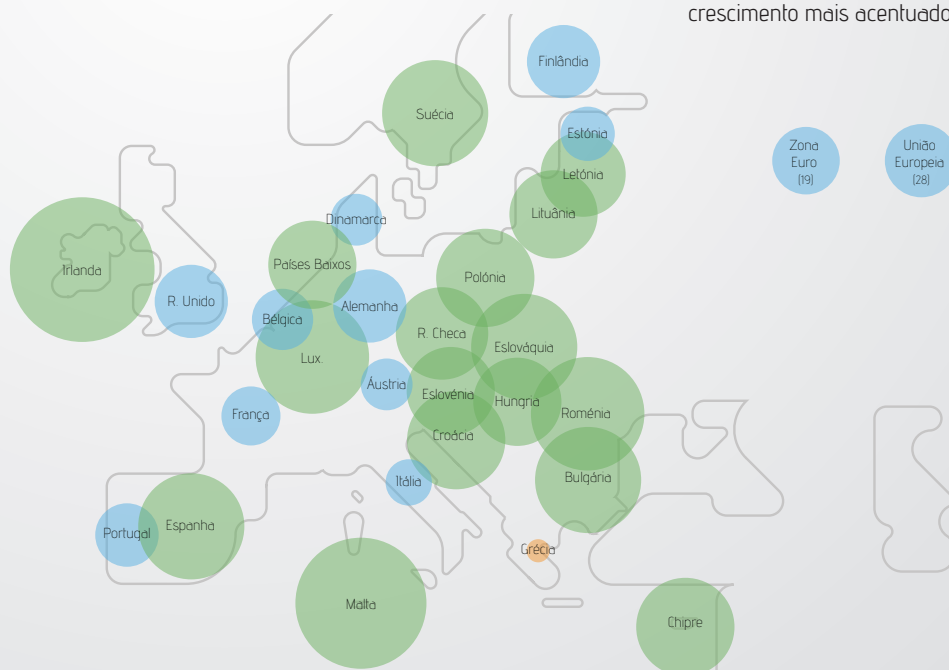


FIGURA 2 – PROCURA INTERNA, PIB E SUAS COMPONENTES, 2015–2016; FONTE: INE–CONTAS NACIONAIS

PORTUGAL É O 5º PAÍS QUE MENOS CRESCE NA UE

VARIAÇÃO REAL ANUAL (%)

- -1,0 a 0,0
- 0,1 a 2,0
- mais de 2,0



No contexto europeu, **Portugal** ficou abaixo da média da Zona Euro (-0,4 p.p.) e da União Europeia (-0,5 p.p.). Apenas 4 países têm um crescimento inferior. A **Irlanda** foi o país com o crescimento mais acentuado, de **5,2% do PIB**.

FIGURA 3 – PIB NA UNIÃO EUROPEIA EM 2016; FONTE: EUROSTAT

A evolução da formação bruta de capital fixo (FBCF) ao longo do ano de 2016 ficou marcada por sucessivas quedas homólogas até ao terceiro trimestre. Este comportamento resultou fundamentalmente

da forte redução da FBCF pública, mas também da continuação das quebras na FBCF residencial e do fraco desempenho da FBCF empresarial.

PESO DO INVESTIMENTO NO PIB CONTINUA INFERIOR À MÉDIA DA UE

VALORES DE 2016 (%)

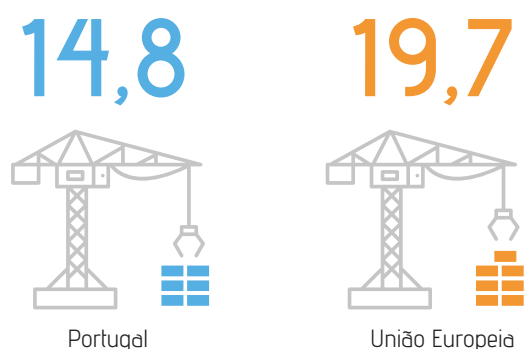


FIGURA 4 - FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO EM PORCENTAGEM DO PIB. FONTE: COMISSÃO EUROPEIA (ANEXO ESTATÍSTICO DAS PREVISÕES DA PRIMAVERA 2017)

Já no quarto trimestre de 2016, a recuperação do investimento residencial para terreno positivo e, sobretudo, a forte aceleração da FBCF empresarial mais do que compensaram a nova queda da FBCF pública e impulsionaram o crescimento homólogo da FBCF para 5.2%. O bom desempenho do investimento privado manteve-se no primeiro trimestre de 2017, período em que o investimento público já revelou uma taxa de crescimento positiva, o que permitiu um crescimento

homólogo da FBCF de 9,1%, um máximo desde o final de 1998.

Verifica-se, além disso, que a composição do investimento se revelou mais equilibrada e mais sustentável. Assim, o investimento em material de transporte abrandou, a componente de “outras máquinas e equipamentos” aumentou a um ritmo mais forte (15%), enquanto que a componente de construção acelerou fortemente, de 1,5% para 8,5%.

EXPORTAÇÕES RECUPERAM EM MEADOS DE 2016

VARIAÇÃO REAL HOMÓLOGA (%)

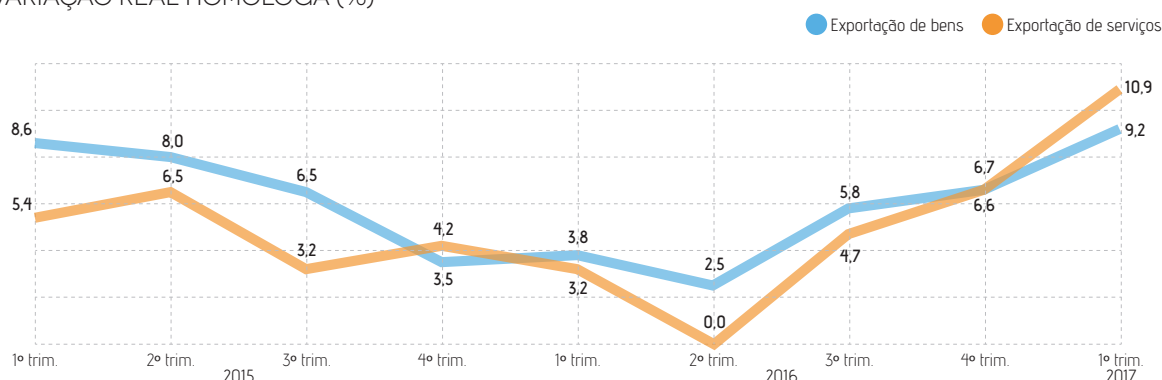


FIGURA 5 - EVOLUÇÃO INTRA-ANUAL DAS EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS, 2015-2017; FONTE: INE-CONTAS NACIONAIS

Também nas exportações de bens e serviços se verificou uma nítida recuperação, a partir de meados do ano, evolução transversal a todas as principais componentes e que se reforçou no primeiro trimestre de 2017.

Refira-se ainda que a desaceleração das exportações no cômputo de 2016 decorreu de alguns fatores específicos, como a queda das exportações de bens energéticos, após um crescimento expressivo

em 2015. Excluindo esta componente, as exportações de bens registaram uma aceleração em relação ao valor de 2015. Note-se ainda que o contributo das exportações líquidas de importações para o PIB aumentou de 0,5 p.p., em 2015 para 0,9 p.p., em 2016. Quanto às exportações de serviços, a desaceleração que sofreram, no cômputo do ano, deveu-se aos serviços que não estão ligados ao turismo, setor que manteve um elevado dinamismo.

Os maiores contributos para o aumento das exportações vieram do mercado espanhol e, em menor grau, de França e do Reino Unido. Pela negativa, salienta-se a continuação da forte queda do mercado angolano. Os dados disponíveis permitem concluir por ganhos de

quotas de mercado dos exportadores nacionais, em particular nos destinos que mais pesaram para o aumento das exportações, com destaque para Espanha.

MERCADO ESPANHOL: MAIOR CONTRIBUTO PARA O CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES EM 2016

VALORES EM PONTOS PERCENTUAIS

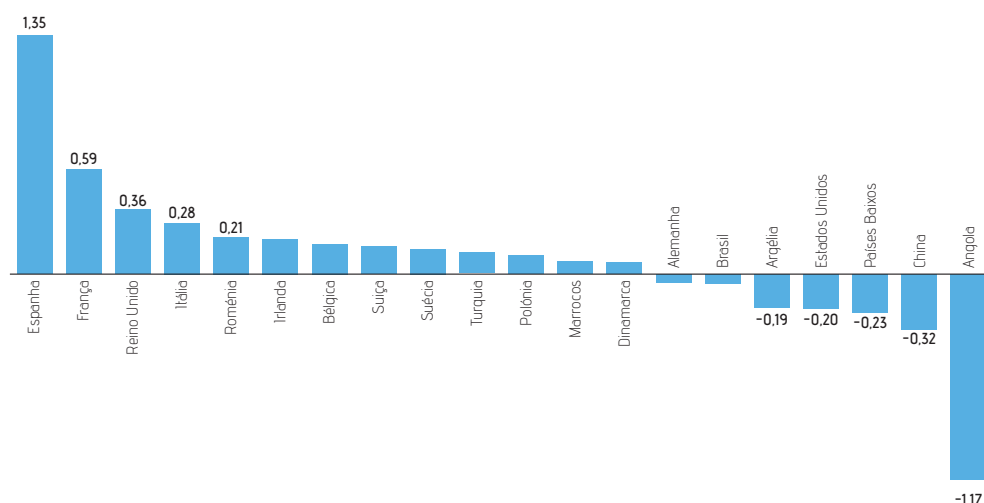


FIGURA 6 – CONTRIBUTOS DOS 20 PRINCIPAIS MERCADOS PARA O CRESCIMENTO NOMINAL DE 1% DAS EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS EM 2016; FONTE: INE–ESTATÍSTICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

As importações desaceleraram, no cômputo do ano, tendo aumentado à mesma taxa de crescimento das exportações, comportamento consistente com a perda de dinamismo de algumas componentes da procura com maior conteúdo importado.

Quanto ao consumo privado, apesar do menor dinamismo relativamente a 2015, manteve, no cômputo do ano, um crescimento

superior ao do PIB, registando-se uma forte aceleração no último trimestre do ano, num cenário de melhoria acentuada da confiança dos consumidores. Já no primeiro trimestre de 2017, o consumo privado voltou a abrandar para uma taxa de crescimento homóloga inferior à do PIB, em grande medida devido à desaceleração da aquisição de automóveis

EMPREGO CRESCE EM 2016

VALORES EM MILHARES DE INDIVÍDUOS

TOTAL



EMPREGO POR SETORES

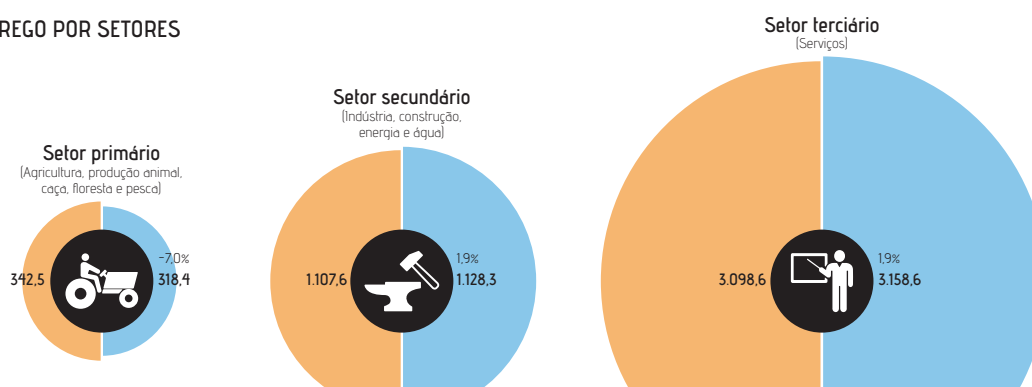
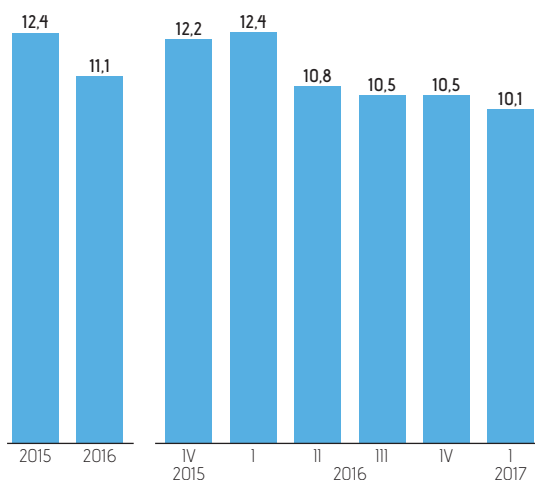


FIGURA 7 – EMPREGO TOTAL POR SETORES (DADOS SEM CORREÇÃO DA SAZONALIDADE); FONTE: INE–INQUÉRITO AO EMPREGO

TAXA DE DESEMPREGO EM TRAJETÓRIA DECRESCENTE

VALORES EM % DA POPULAÇÃO ATIVA



O mercado de trabalho registou uma evolução favorável, com o emprego, na ótica das contas nacionais, a acelerar em termos homólogos na segunda metade de 2016 para taxas de crescimento superiores às da produção, tendência que se manteve no primeiro trimestre de 2017. A taxa de desemprego reduziu-se de 12.2% no último trimestre de 2015 para 10.5% no último trimestre de 2016, caindo para 10.1% no primeiro trimestre de 2017. Neste trimestre, de acordo com os dados dos inquéritos ao emprego, havia mais 144.8 mil pessoas empregadas e menos 116.3 desempregados do que no primeiro trimestre de 2016.

FIGURA 8 – TAXA DE DESEMPREGO (MÉDIAS ANUAIS E TRIMESTRAIS), 2015–2017; FONTE: INE–INQUÉRITO AO EMPREGO

Dada a progressão do emprego a taxas mais elevadas do que PIB, a produtividade do trabalho reduziu-se 0.2%, anulando os ganhos observados em 2015. Assim, o aumento de 1.4% nas remunerações por trabalhador levou a um aumento de 1.6% dos custos unitários do trabalho o que contribuiu, por sua vez, para uma perda de competitividade-custo.

De facto, em 2016 a competitividade-custo, medida pela taxa de câmbio real efetiva ajustada pelos custos unitários do trabalho, deteriorou-se em 1.4%, sendo que 0.9% se deveram à apreciação da taxa de câmbio nominal efetiva e 0.5% à evolução desfavorável dos custos unitários de trabalho em relação aos nossos principais parceiros comerciais.

COMPETITIVIDADE-CUSTO DETERIORA-SE

ÍNDICES BASE 100 EM 2005

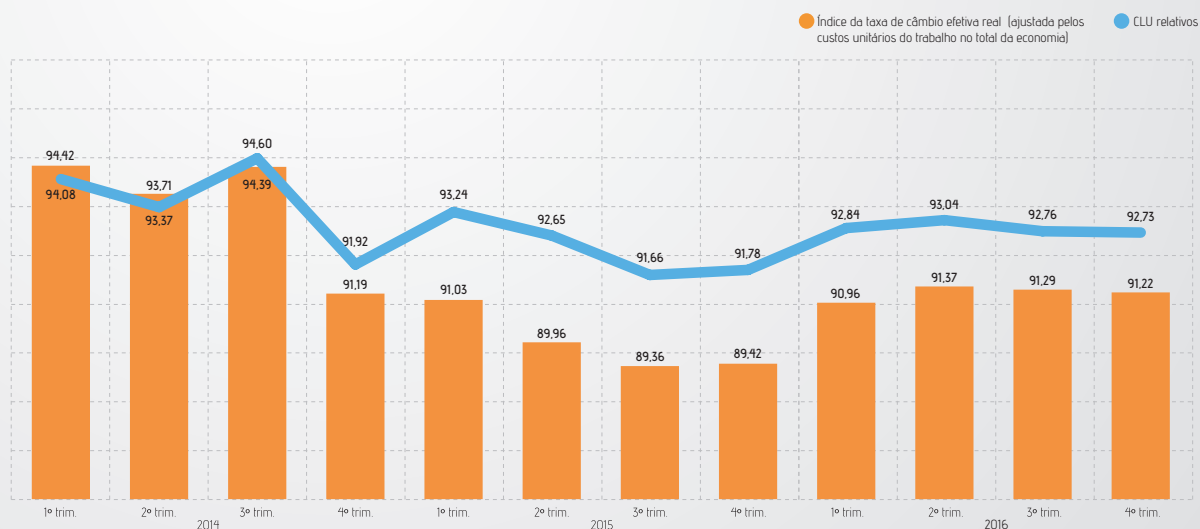


FIGURA 9 – ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO REAL EFETIVA E CUSTOS LABORAIS UNITÁRIOS RELATIVOS PARA O TOTAL DA ECONOMIA, 2014–2016; FONTE: COMISSÃO EUROPEIA E CÁLCULOS PRÓPRIOS

Entre os restantes fatores que condicionaram o crescimento económico em 2016, no que diz respeito ao financiamento, refira-se, pela positiva, a evolução favorável das taxas de juro (refletindo a política monetária expansionista do Banco Central Europeu). Em contrapartida, o stock de crédito interno às sociedades não financeiras prosseguiu a sua trajetória descendente, consistente com o processo de desalavancagem das empresas, mas refletindo, por outro lado, a manutenção das dificuldades no acesso ao financiamento bancário.

Finalmente, há a referir que, no cômputo do ano, a recuperação da economia se mostrou compatível com a continuação da correção dos principais desequilíbrios macroeconómicos, nomeadamente, com a melhoria do saldo agregado das balanças corrente e de capital e da posição líquida de investimento internacional, por um lado, e com a redução do défice orçamental (tendo permitido a saída de Portugal do Procedimento por Déficit Excessivo).

DESEQUILÍBRIO EXTERNO REDUZIU-SE

VALORES EM % DO PIB

SALDO AGREGADO

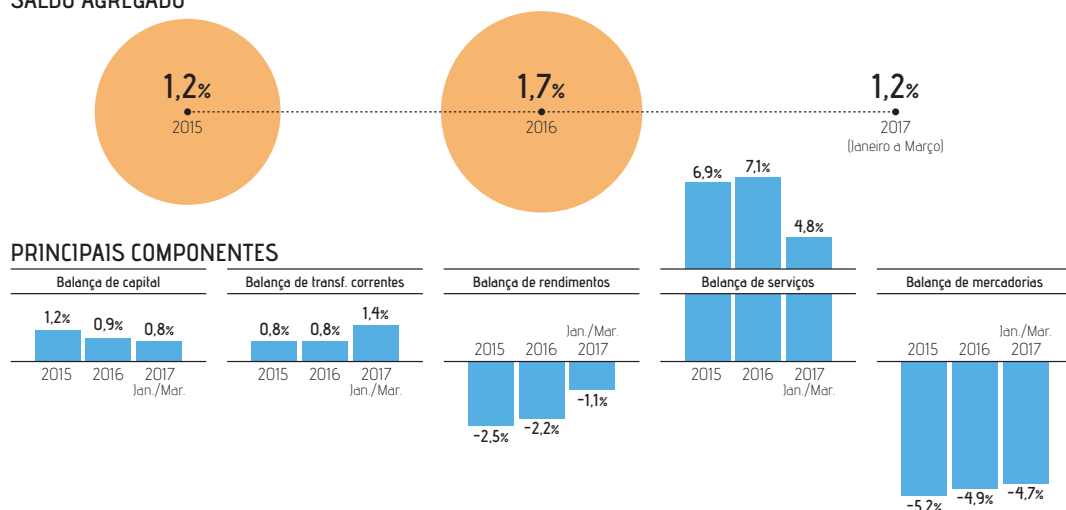


FIGURA 10 – SALDO AGREGADO DAS BALANÇAS CORRENTE E DE CAPITAL E PRINCIPAIS COMPONENTES, 2015–2017
 FONTE: BANCO DE PORTUGAL

ENDIVIDAMENTO EXTERNO REDUZIU-SE

VALORES EM % DO PIB

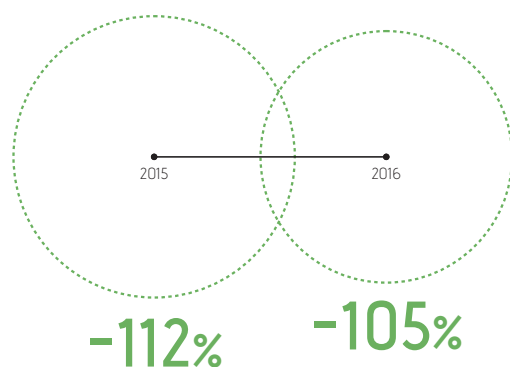


FIGURA 11 – POSIÇÃO LÍQUIDA DO INVESTIMENTO INTERNACIONAL, 2015–2016; FONTE: BANCO DE PORTUGAL

Contudo, a dívida pública, o elevado nível de endividamento das empresas e os rácios de crédito malparado permanecem ainda em

níveis muito elevados, continuando a exercer fortes constrangimentos à evolução futura da economia portuguesa.

PRODUTIVIDADE



DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

Só através de ganhos de produtividade será possível obter ganhos de competitividade de modo a assegurar a redução do desemprego, permitindo, ao mesmo tempo, um aumento moderado, mas consistente, das remunerações dos trabalhadores.

O reduzido crescimento da produtividade na economia portuguesa nas últimas décadas constitui, por isso, fator de preocupação, refletindo **um dos principais problemas estruturais a ultrapassar** para recolocar a economia portuguesa numa trajetória de crescimento sustentado.

Após o período de 2000 a 2004, em que Portugal registou taxas de crescimento da produtividade abaixo da média da União Europeia, desde então até 2014, Portugal manteve um diferencial praticamente

nulo face à União. A partir de 2014, Portugal volta a divergir da União Europeia em termos de evolução da produtividade. Em 2016, a par de Portugal, apenas a Bélgica, Grécia, Itália e Hungria, registaram uma quebra na sua produtividade.

Os reduzidos níveis de capital, após vários anos com baixos níveis de investimento, e agravados após 2011, com a redução do investimento a níveis insuficientes para compensar a depreciação do capital instalado, têm contribuído para o fraco desempenho da produtividade do trabalho na economia portuguesa. De acordo com as estimativas da Comissão Europeia, **o stock de capital instalado tem descido, consecutivamente, desde 2010. Na União Europeia, acontece o contrário**, em 2016 o capital instalado em Portugal ficou 3,5% abaixo de 2010 e na União Europeia ficou 5,7% acima.

DESDE 2010 O STOCK DE CAPITAL INSTALADO EM PORTUGAL TEM DIMINUÍDO

ÍNDICE COM BASE 100 EM 2010

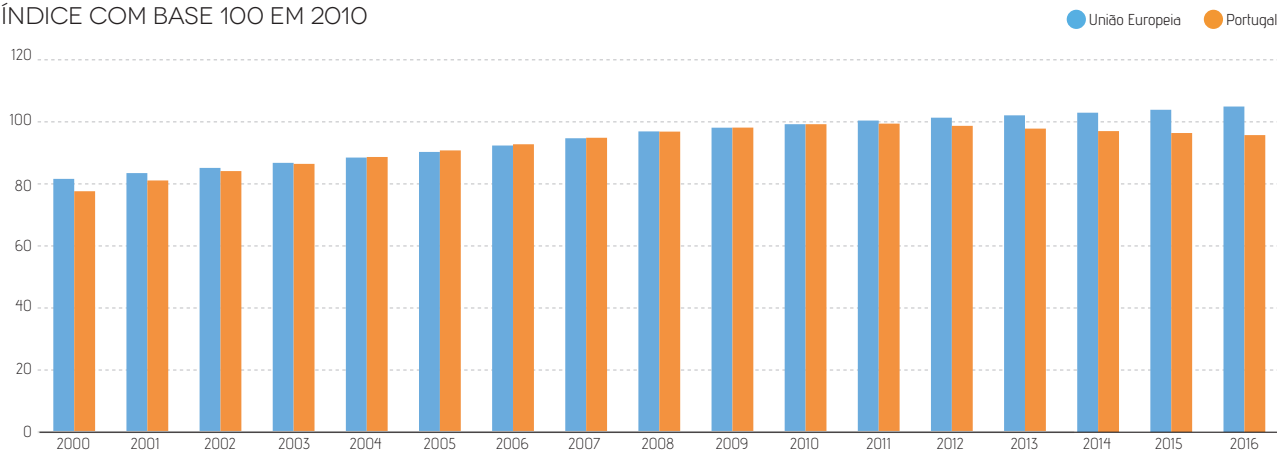


FIGURA 12 – STOCK DE CAPITAL LÍQUIDO A PREÇOS DE 2010. FONTE: AMECO

A análise da evolução nos últimos anos revela que, após algum crescimento da produtividade do trabalho, associado à forte queda do emprego, durante a crise, a atual fase de recuperação da economia portuguesa conjuga um crescimento moderado da

atividade com um crescimento relativamente mais pronunciado do emprego, traduzindo-se num fraco desempenho da produtividade. Em 2014 registou-se uma queda de produtividade de 0.5% e, em 2016, de 0.2%, anulando os ganhos observados em 2015.

PRODUTIVIDADE POR TRABALHADOR: GANHOS DE 2015 ANULADOS EM 2016

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)

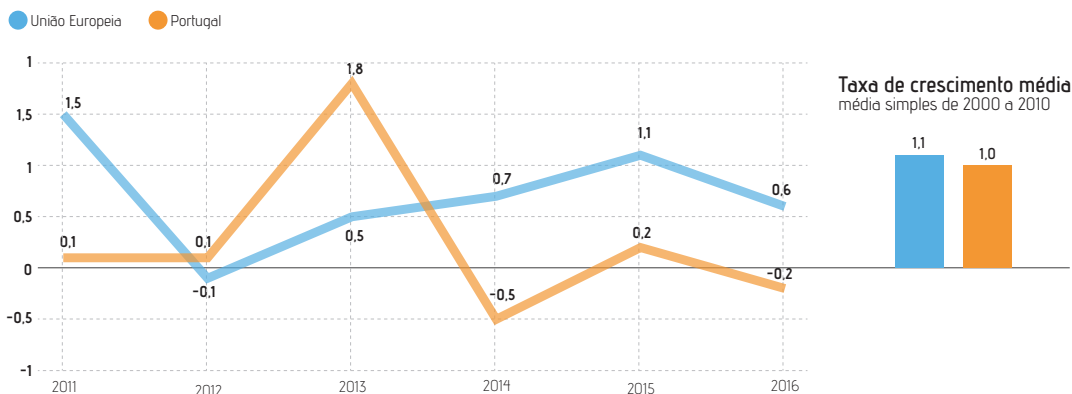
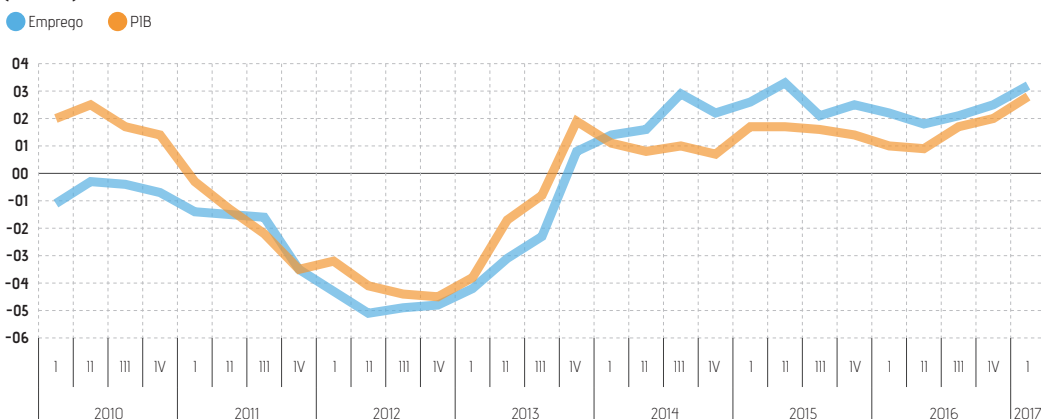


FIGURA 13 – PRODUTIVIDADE POR TRABALHADOR, 2011 – 2016 E TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIA 2000–2010
FONTE: EUROSTAT

AUMENTO DO EMPREGO SUPERIOR AO CRESCIMENTO ECONÓMICO

(EM %)



Nos primeiros meses de 2017, continuam a verificar-se aumentos do emprego superiores ao crescimento da atividade económica, o que significa que a produtividade se mantém em queda

FIGURA 14 – TAXA DE CRESCIMENTO REAL HOMÓLOGA DO EMPREGO E DO PIB. FONTE: INE – CONTAS NACIONAIS

É certo que encontraremos justificações para estes números: o impacto do investimento que está agora a ser realizado ainda não se reflete plenamente nos resultados das empresas. Além disso, o aumento do emprego corresponderá ainda a um ajustamento cíclico dos mercados, após anos de retração.

No entanto, é preciso **assegurarmos que o crescimento económico que está agora a ressurgir é consistente com um modelo de economia competitiva**, assente em aumentos da produtividade. Neste contexto, é importante **aumentar os incentivos ao investimento em capital físico e humano**, criando desta forma condições para um **aumento sustentado da produtividade e do potencial de crescimento da economia**. Paralelamente, é necessário acautelar o risco de um aumento dos custos superior ao aumento da produtividade minar a nossa competitividade externa, com impactos negativos nas duas variáveis chave essenciais ao crescimento económico: o investimento e as exportações.

Em 2016, a competitividade-custo, medida pela taxa de câmbio real efetiva ajustada pelos custos unitários do trabalho, deteriorou-se em 1.4%, sendo que 0.9% se deveram à apreciação da taxa de câmbio nominal efetiva e 0.5% à evolução desfavorável dos custos unitários de trabalho em relação aos nossos principais parceiros comerciais.

Também os elevados custos energéticos concorrem para a deterioração da competitividade externa das empresas. Desde 2007, o custo da energia elétrica para consumidores industriais mantém-se, em quase todos os segmentos de consumo, acima da média da União Europeia. A partir de 2012, não só se manteve acima, como aumentou a distância, em alguns casos, de forma acentuada: no segmento de consumo entre os 20 Megawatts-hora e os 500 MWh, no segundo semestre de 2012, cada KWh de energia custou mais 59% do que na média dos países da União Europeia.

ENERGIA ELÉTRICA: DIFERENCIAL DE PREÇOS FACE À U.E. AGRAVA-SE

(EM %)

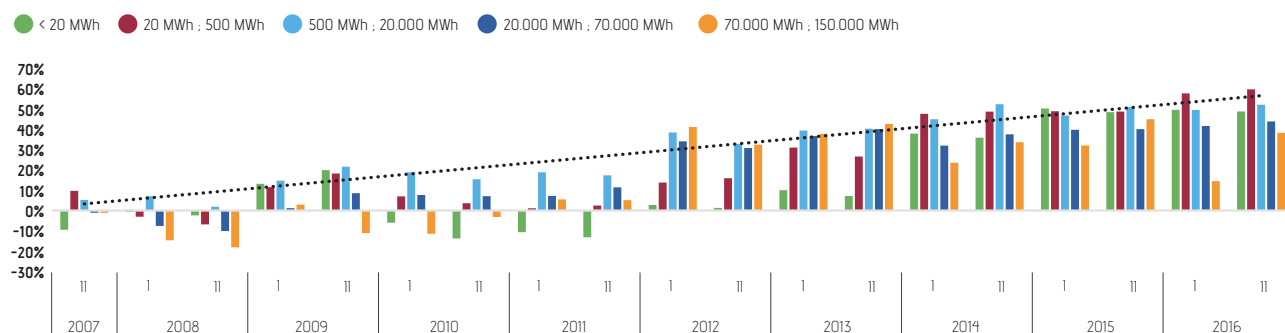


FIGURA 15 – DIFERENCIAL DE PREÇOS (AJUSTADOS AO PODER DE COMPRA) DA ENERGIA ELÉTRICA PARA CONSUMIDORES INDUSTRIAIS ENTRE PORTUGAL E UNIÃO EUROPEIA (EM PORCENTAGEM E EXCLUINDO IMPOSTOS E SUBSÍDIOS), POR LIMIAR DE CONSUMO. FONTE: EUROSTAT

A pesada fatura energética faz-se sentir de forma ainda mais acentuada, no custo do gás natural: no primeiro trimestre de 2016, no segmento de consumo até aos 1000 Giga-joules, cada GJ custou praticamente o dobro da média da União Europeia.

À semelhança da energia elétrica, Portugal tem sido sujeito a preços substancialmente mais elevados de gás natural do que a média dos países da União Europeia

GÁS NATURAL: DIFERENCIAL DE PREÇOS FACE À U.E. AGRAVA-SE

(EM %)

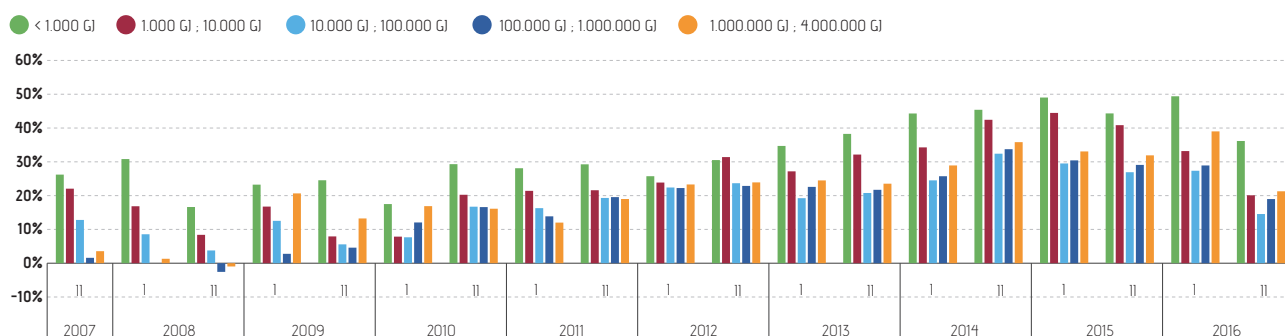


FIGURA 16 – DIFERENCIAL DE PREÇOS (AJUSTADOS AO PODER DE COMPRA) DO GÁS NATURAL PARA CONSUMIDORES INDUSTRIAIS ENTRE PORTUGAL E UNIÃO EUROPEIA (EM PORCENTAGEM E EXCLUINDO IMPOSTOS E SUBSÍDIOS), POR LIMIAR DE CONSUMO. FONTE: EUROSTAT

INVESTIMENTO



DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

Após nove trimestres sucessivos de recuperação, entre o final de 2013 e o final de 2015, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) voltou a cair nos três primeiros trimestres de 2016. Este comportamento

resultou fundamentalmente da forte redução da FBCF pública, mas também da continuação das quebras na FBCF residencial e do fraco desempenho da FBCF empresarial.

DECRÉSCIMO DA FBCF EM 2016 ESTÁ EM RECUPERAÇÃO

VARIAÇÃO REAL HOMÓLOGA (%)

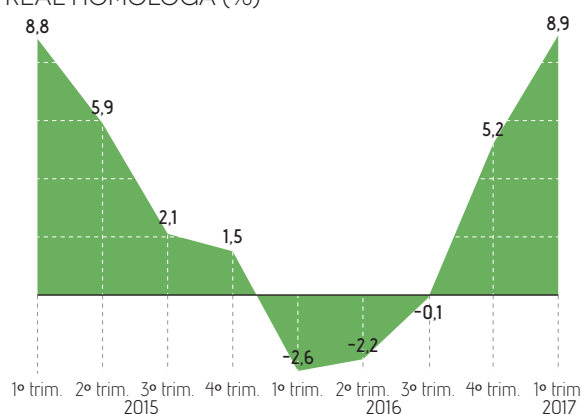


FIGURA 17 – EVOLUÇÃO INTRA-ANUAL DA FBCF, 2015–2017. FONTE: INE – CONTAS NACIONAIS

Já no quarto trimestre de 2016, a recuperação do investimento residencial para terreno positivo e, sobretudo, a forte aceleração da FBCF empresarial mais do que compensou a nova queda da FBCF pública e impulsionou o crescimento homólogo da FBCF para 5.2%. O bom desempenho do investimento privado manteve-se no primeiro trimestre de 2017, período em que o investimento público já revelou uma taxa de crescimento positiva, o que permitiu um crescimento homólogo da FBCF de 8,9%, um máximo desde o final de 1998.

Verifica-se, além disso, que a composição do investimento se revelou mais equilibrada e mais sustentável. Assim, o investimento em material de transporte abrandou, enquanto que a componente de “outras máquinas e equipamentos” foi a que aumentou a um ritmo mais forte (15%). Também a componente de construção acelerou fortemente, de 1,5% para 8,5%.

No entanto, **a recuperação do investimento está ainda muito longe de compensar o seu mau desempenho desde o início deste século**, agravado pela profunda queda acumulada de 39% entre 2009 e 2013. **Em 2016, o seu nível está ainda 38% abaixo do registado em 2001.** Acresce que o Banco de Portugal prevê que, no horizonte de 2019, o investimento ainda se deverá manter em níveis que apenas permitem compensar a depreciação do capital.

De facto, a taxa de investimento está em níveis historicamente muito baixos. Tendo-se mantido, durante décadas, acima dos valores médios europeus, a partir de 2010, a FBCF total em percentagem do PIB, caiu abaixo destes valores, com 2016 a registar uma FBCF de 14,9% do PIB, menos 4,8 pontos percentuais que a média da União Europeia.

TAXA DE INVESTIMENTO AFASTA-SE DA MÉDIA DA U.E.

VALORES EM % DO PIB

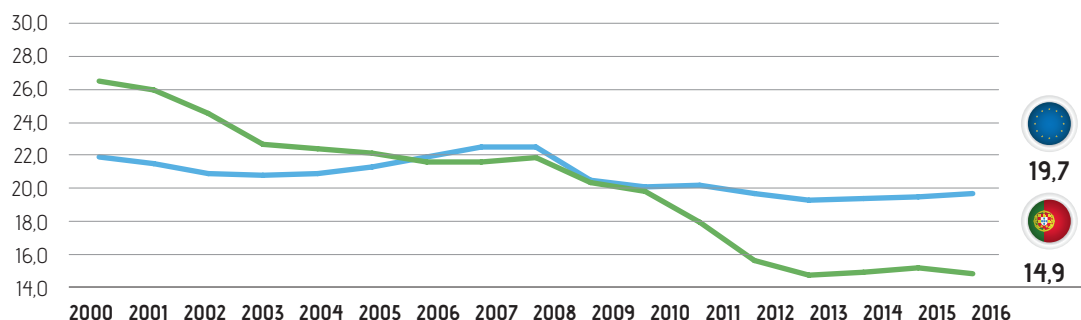


FIGURA 18 – FBCF EM PORTUGAL E MÉDIA DA UNIÃO EUROPEIA (% DO PIB), 2000–2016. FONTE: EUROSTAT

A redução, nestes últimos oito anos, do peso da FBCF no PIB estendeu-se, em maior ou menor grau, à grande maioria dos países da União Europeia (sendo a Irlanda e Malta as únicas exceções). No entanto, comparando com os restantes países da União Europeia,

é de fácil observação que a taxa de investimento em Portugal está em níveis excecionalmente baixos. O único país que, em 2016, ficou abaixo de Portugal foi Grécia.

2ª TAXA DE INVESTIMENTO MAIS BAIXA DA U.E.

VALORES EM % DO PIB

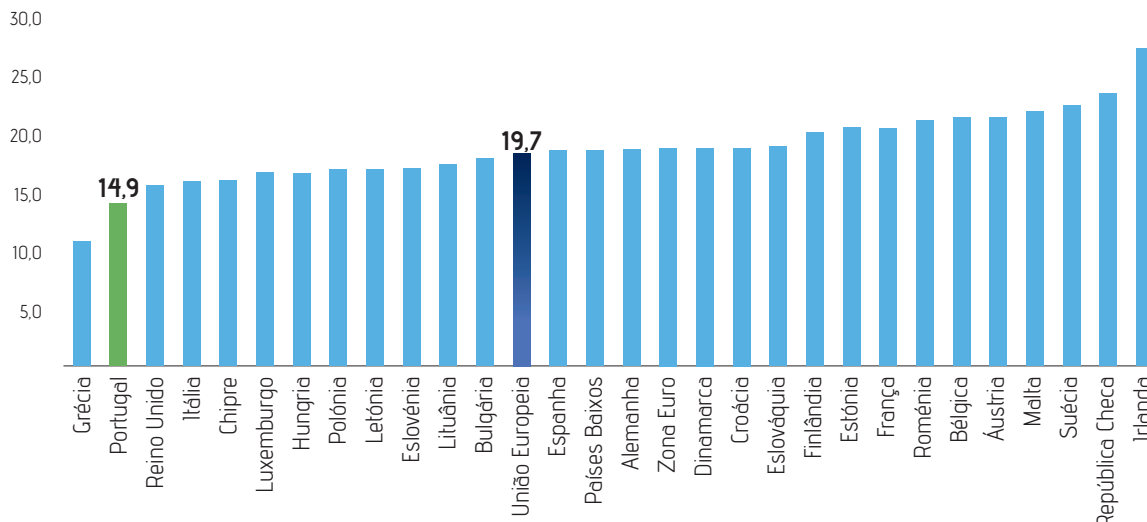


FIGURA 19 – FBCF NA UNIÃO EUROPEIA (% DO PIB) EM 2016. FONTE: EUROSTAT.

Observando o investimento das Sociedades Não Financeiras, verifica-se que, a partir de 2008, decresceu fortemente em percentagem do PIB até 2013 (de 12,9% para 8,9%), tendo depois recuperado em 2014 para 9,7%, voltando a cair em 2015 e recuperado em 2016 para os 9,8%. A taxa de investimento público em percentagem do PIB, após

um máximo de 5,3% em 2010, reduziu-se sucessivamente até 2,0% em 2014, recuperando ligeiramente em 2015 para os 2,3% e voltando a cair para um valor mínimo de 1,6% em 2016. Em conclusão, é preciso mais investimento, público e privado, para reconstruir o stock de capital e apoiar um maior equilíbrio estrutural da economia.

TAXAS DE INVESTIMENTO INSUFICIENTES PARA APOIAR O EQUILÍBRIO ESTRUTURAL DA ECONOMIA

VALORES EM % DO PIB

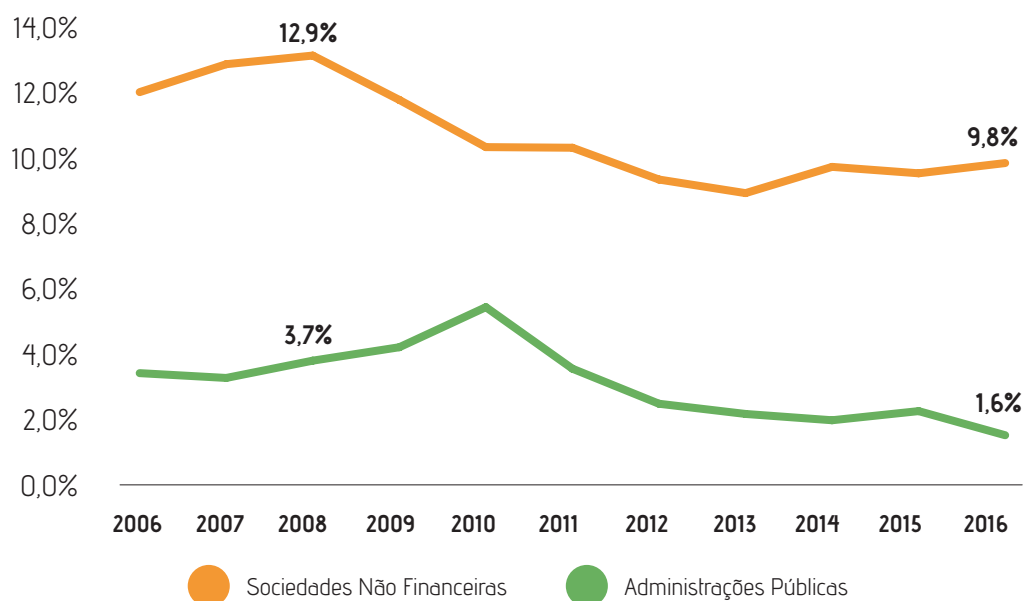
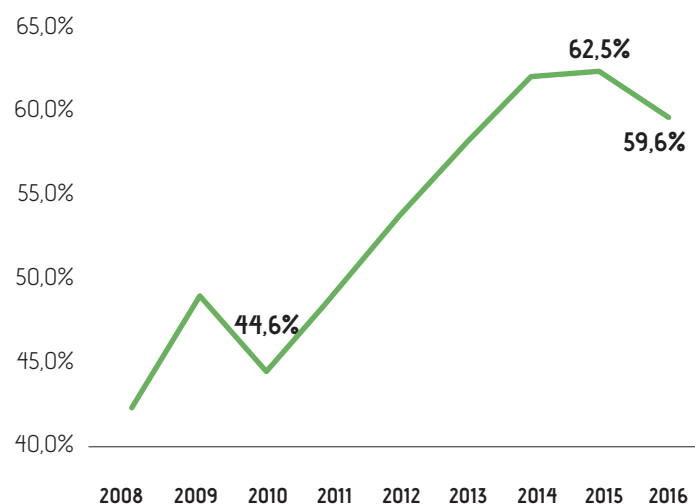


FIGURA 20 – FBCF DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS E DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS, 2006–2016.
FONTE: INE – CONTAS NACIONAIS

STOCK DE IDE CRESCE DESDE 2011, COM EXCEÇÃO DE 2016

VALORES EM % DO PIB



Apesar da evolução negativa da FBCF, o **Investimento Direto Estrangeiro (IDE)** tem mostrado **sinais bastante positivos**, com o stock de IDE a aumentar de 44,6% do PIB, em 2010, para **mais de 60% do PIB em 2015**. No entanto, em 2016, sofremos uma queda no stock de investimento direto estrangeiro, que se cifrou nos 59,6%.

FIGURA 21 – STOCK DE INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO, 2008–2016.
FONTE: BANCO DE PORTUGAL

O setor que mais investimento estrangeiro tem conseguido captar é, sem dúvida, o **setor dos serviços**. Cerca de 76% do stock de IDE em 2016 teve como destinatário o setor dos serviços. De 2008 a 2016, de acordo com os dados disponibilizados pelo Banco de Portugal,

o setor da **construção** e da **eletricidade, gás e água** têm vindo a conseguir aumentar a quantidade de capital estrangeiro, enquanto que **as indústrias transformadoras não parecem conseguir inverter alguma tendência descendente desde 2008**.

A INDÚSTRIA TRANSFORMADORA NÃO CONSEGUE APROVEITAR O AUMENTO DA ENTRADA DE CAPITAL ESTRANGEIRO

INDÚSTRIAS
TRANSFORMADORAS



7,2%

ELETRICIDADE,
GÁS E ÁGUA



3,9%

CONSTRUÇÃO



2,6%

SERVIÇOS



76,3%

FIGURA 22 – STOCK DE INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO, 2008–2016. FONTE: BANCO DE PORTUGAL

FINANCIAMENTO



DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

PORTUGAL É UM PAÍS ALICERÇADO NA ATIVIDADE DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME):



FIGURA 23 – PESO DAS PME EM 2015 SEGUNDO DIFERENTES CRITÉRIOS; FONTE: INE

Estes números comprovam o **papel estratégico das PME na economia portuguesa**. Estruturalmente, a **dependência** das PME da obtenção de fundos junto de **instituições bancárias** tem contribuído para perpetuar um tecido produtivo integrado por pequenas empresas, caracterizadas por **estruturas financeiras desequilibradas e vulneráveis**.

Esta **dependência da banca** para obter financiamento levanta diversos **problemas**, nomeadamente:

- I. Exposição às **flutuações da atividade bancária** - sempre que, como é o caso dos últimos anos, a atividade bancária entra em crise, o financiamento das empresas é colocado em causa;
- II. Risco de atingir excessivos **rácios de endividamento** - recorrer exclusivamente à banca significa que qualquer financiamento representa um passivo no balanço das empresas;
- III. Pouca apetência da banca para financiar projetos que apresentam um elevado risco, mas onde residem as **maiores fontes de inovação e competitividade para o país**;

A **elevada dependência** das empresas relativamente ao **financiamento bancário** é uma característica comum à generalidade das **economias europeias**. Países como os **EUA**, recorrem muito menos ao crédito bancário e conseguem, assim, injetar capital em projetos com **alto valor acrescentado**, recorrendo à **Venture Capital** ou **Business Angels**, por exemplo. Este tipo de soluções não só contribuem com capital, como com **know-how estratégico e contactos**.

Em 2013, segundo dados da **Association for Financial Markets in Europe** (estudo realizado em parceria com a **BCG**), o investimento em PME por parte de business angels nos EUA fixou-se nos 20 mil milhões de euros, enquanto na Europa apenas ficou pelos 6 mil milhões de euros. No total, em **2013**, as PME europeias recorreram à banca para levantar 748 mil milhões de euros, enquanto as americanas apenas levantaram 286 mil milhões de euros. Já em financiamentos excluindo banca ou governo, **as PME americanas angariaram 258 mil milhões de euros, mais do dobro que as europeias** (112 mil milhões de euros).

FONTES DE FINANCIAMENTO DAS PME NA EUROPA E NOS EUA

VALORES EM MILHARES DE MILHÕES DE EUROS



FIGURA 24 - PESO DE ALGUMAS FONTES DE FINANCIAMENTO OBTIDO EM 2013 POR PME NA EUROPA E NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, POR TIPO DE FINANCIAMENTO. FONTE: ASSOCIATION FOR FINANCIAL MARKETS IN EUROPE.

Após longos anos de uma oferta de crédito imprudente, que levou a um **nível de endividamento excessivo**, induzido por um modelo de crescimento insustentável a prazo, tivemos, sob o Programa de Ajustamento, a exigência de um processo de **desalavancagem brutal num curto prazo de tempo**, ao mesmo tempo que os bancos se tiveram de adaptar às novas regras de **Basileia III** e da **União Bancária**. Tudo isto **fragilizou a banca portuguesa**, originou volumes crescentes

de crédito **malparado** e afetou a sua capacidade de **financiamento saudável** das empresas, exacerbando comportamentos de aversão ao risco e estreitando critérios de concessão de crédito, apesar da liquidez disponível. Neste momento, os bancos “limpam” os seus balanços e continuam a reduzir o crédito concedido às empresas, de forma a melhorarem os seus rácios de capital.

CRÉDITO ÀS EMPRESAS MANTÉM DECRÉSCIMO

VALORES EM MILHÕES DE EUROS

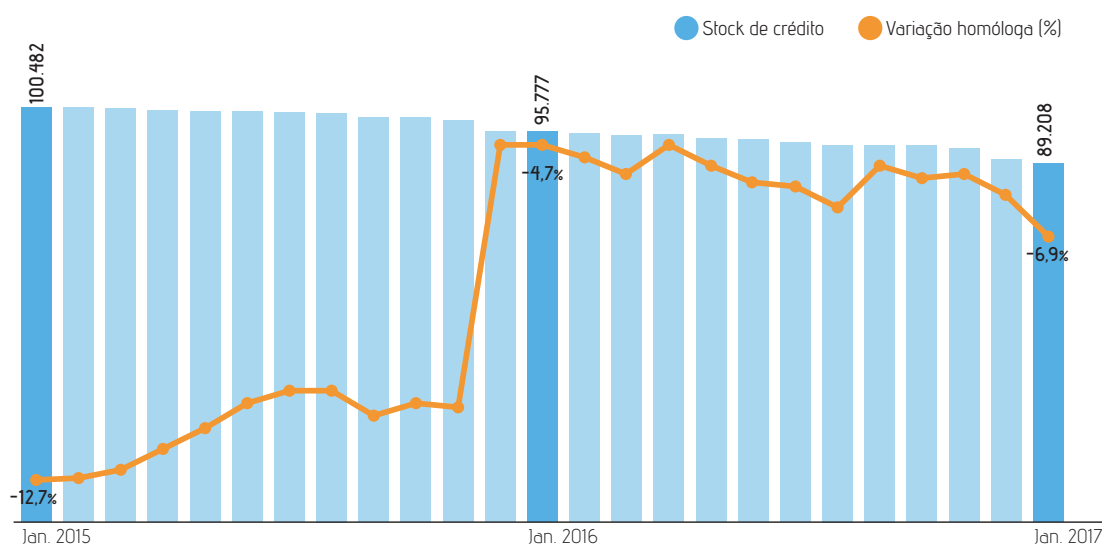


FIGURA 25 – STOCK DE CRÉDITO INTERNO ÀS SNF, VALOR E VARIAÇÃO HOMÓLOGA, 2015–2017; FONTE: BDP.

Os **elevados rácios de crédito em incumprimento** revelam-se um grande **impedimento ao financiamento**, deteriorando os balanços dos bancos, com as **PME** (especialmente as micro) a **sofrerem** bastante com este **problema**. Em 2016, estes rácios mostraram um sinal de melhoria, que se tem prolongado no início de 2017. Apesar disso, os

níveis de incumprimento estão muito distantes dos valores anteriores ao período de ajustamento – em dezembro de 2009, as Sociedades Não Financeiras registavam um rácio de crédito vencido de 4,2% e em dezembro de 2016, de 15,2%.

CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO PERMANECE UM PROBLEMA GRAVE

(EM %)

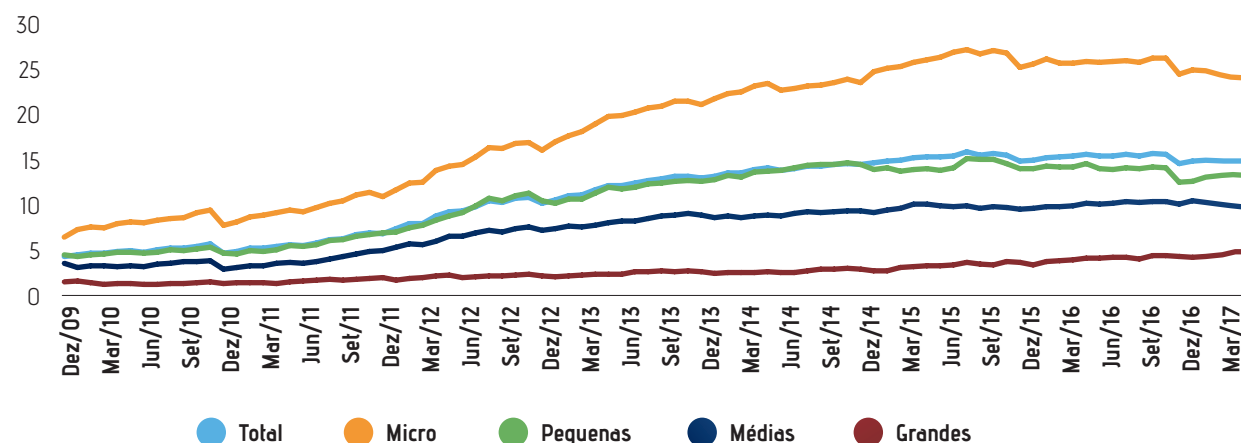
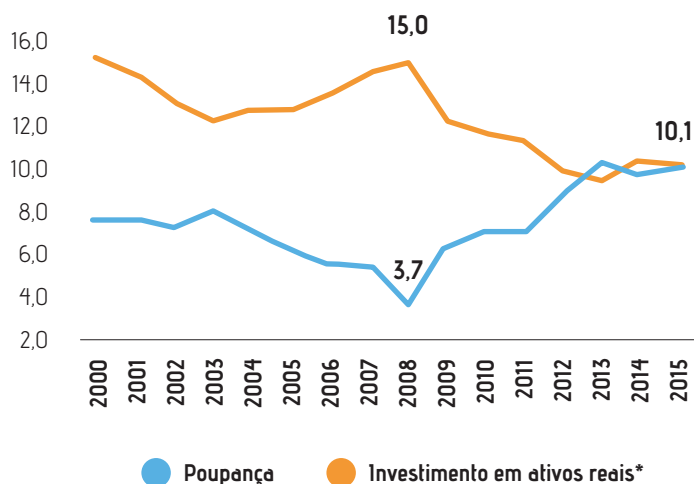


FIGURA 26 – RÁCIO DE CRÉDITO VENCIDO DAS SNF, TOTAL E POR DIMENSÃO. FONTE: BDP.

A POUPANÇA CRESCEU MAS O INVESTIMENTO DIMINUIU

VALORES EM % DO PIB



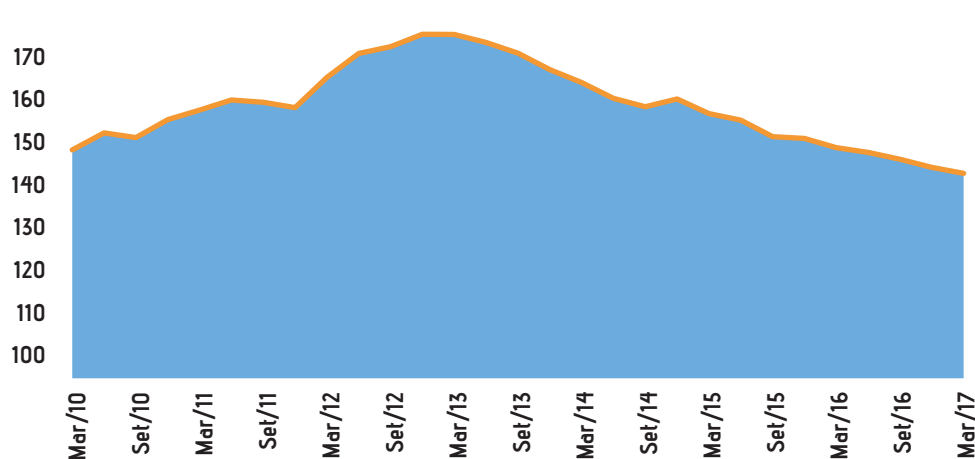
A **taxa da poupança** das sociedades não financeiras atingiu 10,1% do PIB em 2015, 0,3 p.p. acima da registada em 2014. Este **aumento** acabou por se refletir num aumento do peso dos capitais próprios na estrutura de financiamento e numa redução significativa do peso do financiamento por dívida financeira. Já os **níveis de investimento**, permanecem em níveis muito baixos.

FIGURA 27 – POUPANÇA E INVESTIMENTO EM ATIVOS REAIS DAS SNF, EM PERCENTAGEM DO PIB, 2000–2015. FONTE: BDP.

* CORRESPONDE À SOMA DA FBCF, VARIAÇÃO DE EXISTÊNCIAS, AQUISIÇÕES LÍQUIDAS DE CESSÕES DE OBJETOS DE VALOR E AQUISIÇÕES LÍQUIDAS DE CESSÕES DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS NÃO PRODUZIDOS.

DÍVIDA AINDA EM VALORES MUITO ELEVADOS

VALORES EM % DO PIB



Mesmo com a poupança a crescer, o nível de endividamento das empresas portuguesas continua **elevado**. Em março de 2017, a dívida total das empresas privadas fixou-se nos 142,2 % do PIB.

FIGURA 28 – DÍVIDA TOTAL DAS EMPRESAS PRIVADAS, VALORES TRIMESTRAIS EM PERCENTAGEM DO PIB. FONTE: BANCO CENTRAL EUROPEU (BCE).

A taxa de juro média aplicada a novos empréstimos a SNF em Portugal tem seguido uma tendência de descida nos últimos anos. **Desde 2012 que o custo dos empréstimos desce progressivamente**, sendo que desde finais de 2015 as taxas de juro estão nos níveis mais baixos desde que esta informação começou a ser recolhida pelo BdP. Esta evolução foi determinada, essencialmente por dois fatores:

- I. Política monetária expansionista do **Banco Central Europeu**;
- II. Concorrência acrescida no setor bancário – segundo o BdP, tem-se verificado uma tendência para acrescida concorrência nos empréstimos a algumas SNF, nomeadamente as de **risco baixo e médio**. Nestes casos, tem-se assistido a uma **descida dos spreads, algo que não se verifica nas SNF de risco elevado**, que mantêm spreads altos;

Destes dois fatores, o mais decisivo foi a **política monetária do BCE**, que levou a uma **descida acentuada da Euribor a 6 meses**. Já os spreads, que tomam a Euribor a 6 meses como referência, apesar de também terem descido, encontram-se em níveis semelhantes aos verificados no período imediatamente anterior à crise da dívida

soberana, mas acima dos prevalecentes até 2008.

O **diferencial das taxas de juro médias** praticadas em **Portugal e na Zona Euro**, em novos empréstimos às sociedades não financeiras, tem vindo a descer, também sensivelmente a partir de 2012.

DIFERENCIAL DE TAXAS DE JURO FACE À ZONA EURO DIMINUI DESDE O FINAL DE 2011

VALORES EM P.P.

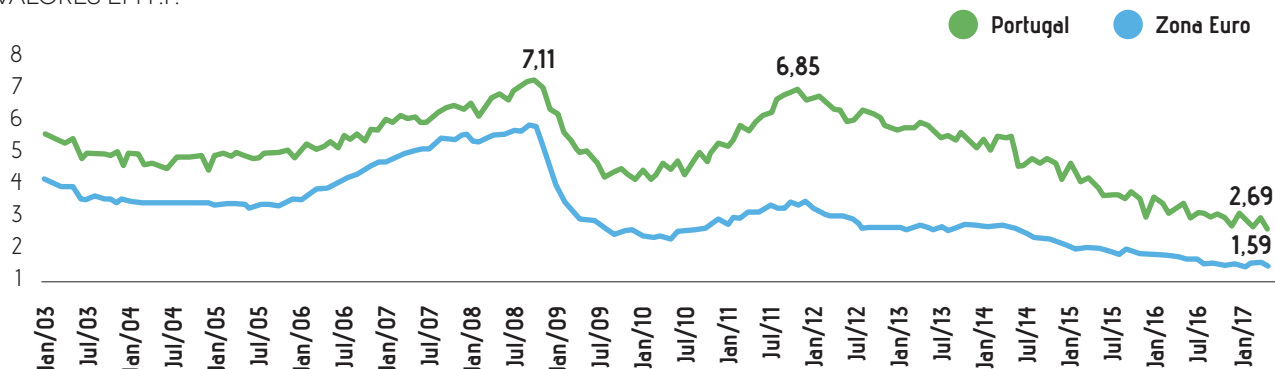


FIGURA 29 - TAXAS DE JURO SOBRE NOVOS EMPRÉSTIMOS A SNF, PORTUGAL E ZONA EURO. FONTE: BDP E BCE.

A **Instituição Financeira para o Desenvolvimento (IFD)** necessita de ser colocada ao **serviço das empresas** rapidamente. Com as dificuldades a que assistimos, soluções como as propostas pela IFD são muito importantes. É crucial que a sua **atividade "extra"**, gestão de instrumentos financeiros cofinanciados pelos **Fundos Europeus Estruturais e de Investimento**, seja **fomentada**. Esta "expansão", está já planeada e, a ser de facto concretizada, pode **transformar a IFD num verdadeiro banco de fomento**, que esteja disponível para apoiar o

desenvolvimento das empresas e da economia. Outros países na União Europeia já têm este tipo de estruturas montadas e bem capitalizadas para apoiar as suas economias, como podemos ver na figura 30. **O banco de fomento alemão tem cerca de 500 mil milhões de euros em ativos sob sua gestão** (€6 049/habitante), uma grande diferença face a Portugal, em que o IFD tem apenas 100 milhões de euros em ativos (€9/habitante).

TOTAL DE ATIVOS DAS MAIORES INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO NA EUROPA



FIGURA 30 - TOTAL DE ATIVOS DAS MAIORES INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO NA EUROPA. FONTE: INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE DESENVOLVIMENTO

FISCALIDADE



DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

Na situação atual, com um país com grandes **debilidades orçamentais** e **poucas ferramentas** para fomentar o **desenvolvimento económico**, a **política fiscal** torna-se **central** para atrair **investimento** e, assim, impulsionar o crescimento.

A carga fiscal em **2016** fixou-se em **34,4% do PIB**, menos 0,2 p.p face a 2015. Este decréscimo foi determinado por um crescimento nominal do PIB de 3%, superior ao crescimento da receita com impostos e contribuições sociais, de 2,5%. **Desde 2010 que a carga fiscal, em percentagem do PIB, aumenta todos os anos**, com exceção de 2012 (-6,0%) e 2016 (-0,6%).

CARGA FISCAL COM TENDÊNCIA CRESCENTE DESDE 2010

VALORES EM % DO PIB

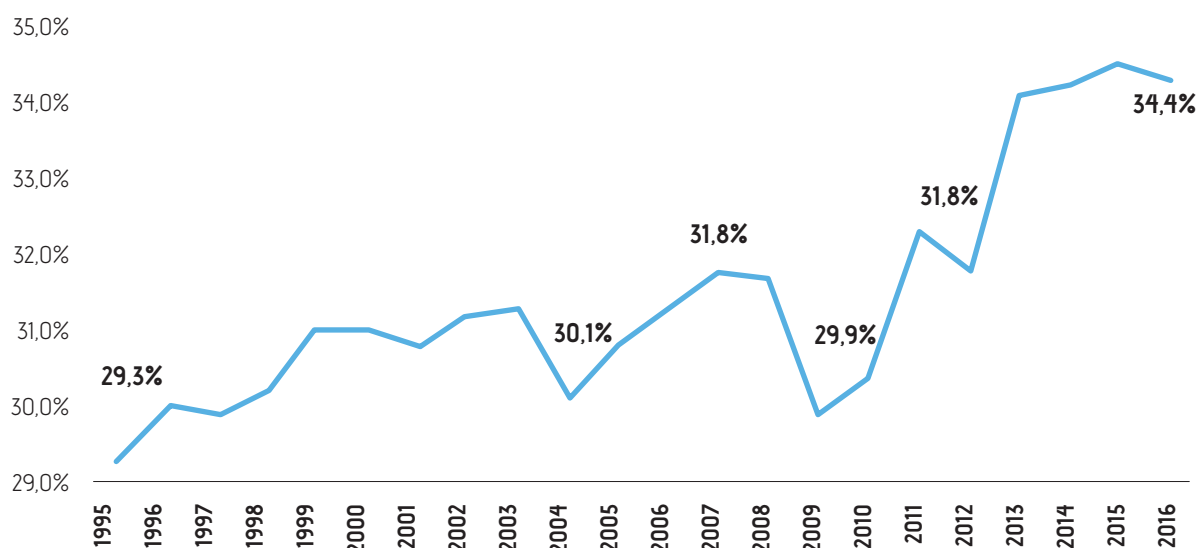


FIGURA 31 - CARGA FISCAL, MEDIDA PELA TOTALIDADE DAS RECEITAS FISCAIS EM PERCENTAGEM DO PIB (%).
 FONTE: INE, ESTATÍSTICAS DAS RECEITAS FISCAIS

O IRC tem de ser visto como um **instrumento crucial** para a **competitividade** e **atratividade de investimento**, quer nacional, quer estrangeiro. No entanto, temos assistido em **Portugal** a um **crescendo de contribuições diretas por parte das empresas**. A taxa máxima de IRC (incluindo derramas máximas, quer municipais, quer estaduais) em Portugal, fixou-se em **29,5% em 2017**, sendo que de

2007 a 2014 esta seguiu um trajetória ascendente, apenas com uma redução ligeira em 2015. Na União Europeia, ocorre o oposto, como se pode ver na figura 32, com a média da taxa máxima de IRC a situar-se **significativamente abaixo da taxa aplicada em Portugal, especialmente após 2009**.

TAXA MÁXIMA DE IRC EM PORTUGAL CONTINUA ACIMA DA MÉDIA DA UE

VALORES EM % (INCLUEM DERRAMA MUNICIPAL E ESTADUAL MÁXIMAS)

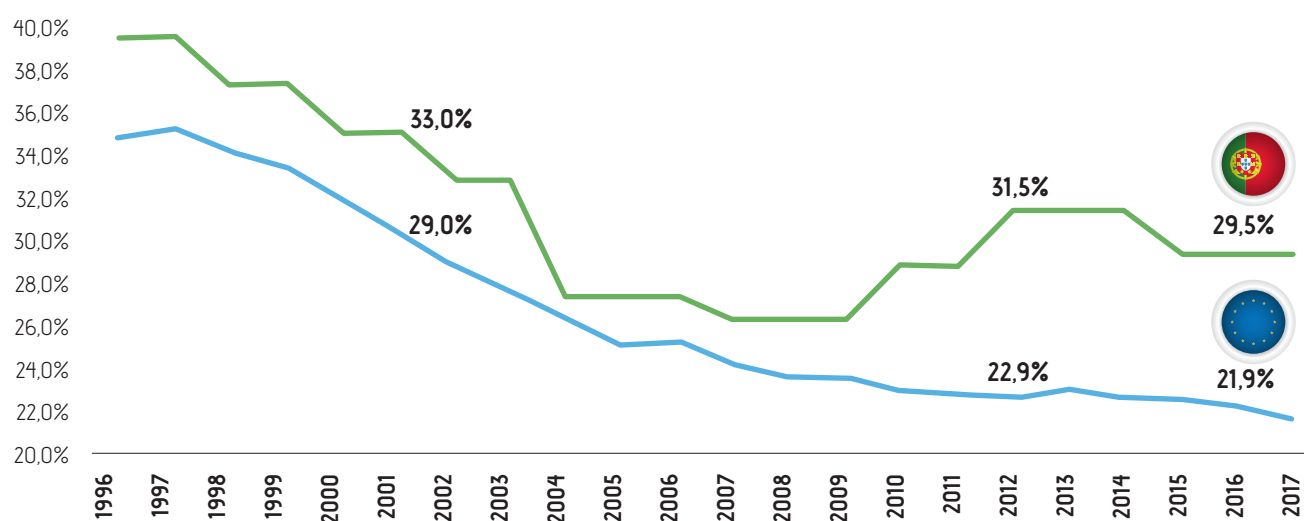
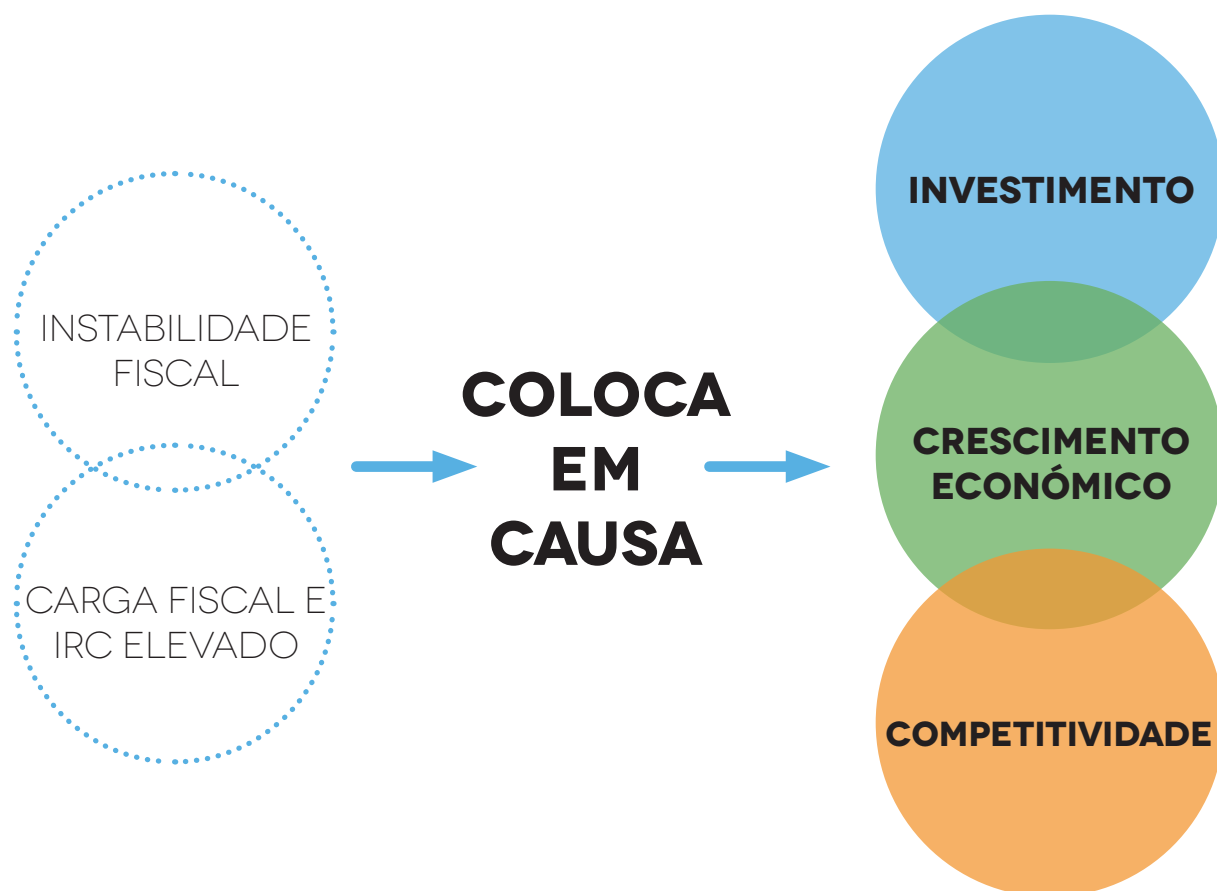


FIGURA 32 - TAXA MÁXIMA DE IRC EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA. FONTE: TAXATION TRENDS IN THE EUROPEAN UNION - 2017 EDITION (DG TAXATION AND CUSTOMS UNION)

A adicionar a esta situação, temos outro problema, possivelmente de igual importância, que é a falta de **previsibilidade na definição da taxa a ser aplicada em cada ano**. Os investimentos são feitos com base numa **análise de médio-longo prazo**, no qual têm de ser

pesadas todas as variáveis que afetem quer as despesas, quer as receitas futuras. Portanto, se não houver **estabilidade fiscal que forneça previsibilidade e segurança no futuro**, torna-se difícil **atrair investimento**.



De acordo com um estudo que analisou as alterações no sistema fiscal português de 1989 a 2014 (A Instabilidade do Sistema Fiscal Português, Inês Duarte), apenas no **código do IRC**, foram **alterados 102**

diplomas e 728 artigos. Apesar de não termos dados comparativos com outros países, não deixa de ser notória a instabilidade, **face ao número elevado** de alterações no código do IRC em particular.

Este **diagnóstico é confirmado** por alguns inquéritos realizados por instituições internacionais:

WORLD ECONOMIC FORUM	CLASSIFICAÇÃO GERAL	EFEITO DA FISCALIDADE NO INCENTIVO AO INVESTIMENTO	PRINCIPAL FATOR PROBLEMÁTICO PARA A ATIVIDADE EMPRESARIAL
GLOBAL COMPETITIVENESS INDEX (2016-2017)	46º LUGAR (Em 138 países)	113º LUGAR (Em 138 países)	ELEVADO NÍVEL DE IMPOSTOS

(Fonte: World Economic Forum,
Executive Opinion Survey 2016)

Deloitte.

OBSERVATÓRIO DA
COMPETITIVIDADE FISCAL
(2017)

MAIORES OBSTÁCULOS
AO INVESTIMENTO EM
PORTUGAL

72% DAS EMPRESAS
INQUIRIDAS
REFERE QUE O SISTEMA
FISCAL PORTUGUÊS
DEVERIA

INSTABILIDADE FISCAL
CUSTOS DE CONTEXTO/
BUROCRACIA EM GERAL
FUNCIONAMENTO
DA JUSTIÇA

“PROMOVER UMA MAIOR
ESTABILIDADE DA LEI
FISCAL”,
POR FORMA A TORNAR-SE
MAIS COMPETITIVO.

TAXA NORMAL DE IVA EM PORTUGAL MANTÉM-SE NUM PATAMAR ELEVADO

VALORES EM %

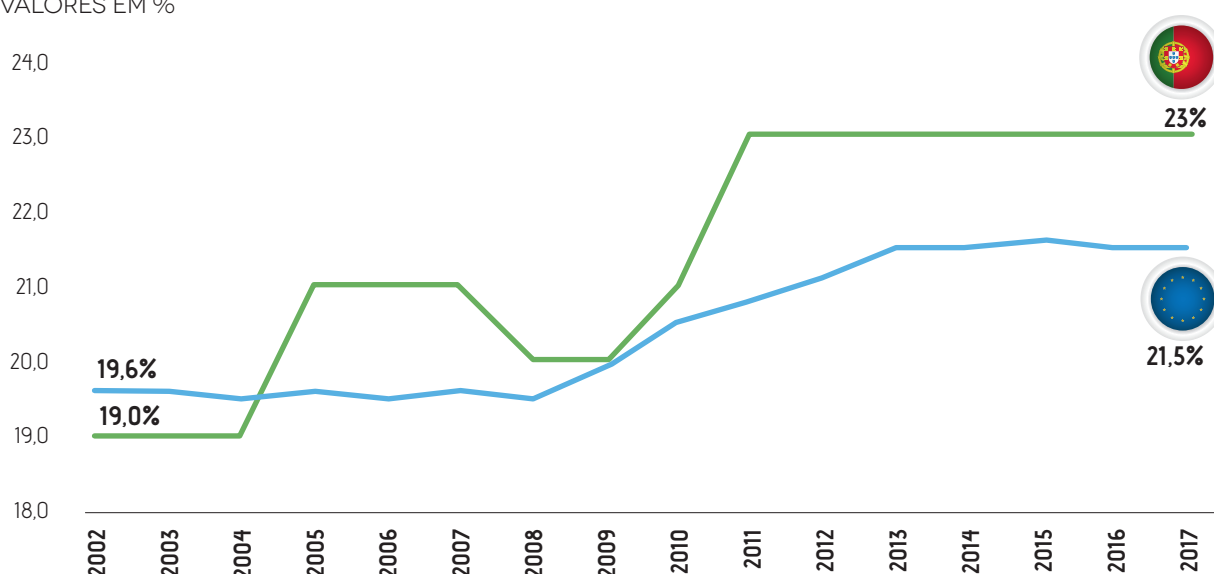


FIGURA 33 – TAXA NORMAL DE IVA, EM PORTUGAL E NA UNIÃO EUROPEIA. FONTE: TAXATION TRENDS IN THE EUROPEAN UNION – 2017 EDITION (DG TAXATION AND CUSTOMS UNION)

No que diz respeito ao **imposto sobre o valor acrescentado (IVA)**, Portugal regista, desde 2005, uma taxa normal de IVA acima da média da União Europeia. De 2011 a 2017, a taxa normal manteve-se nos 23%. Em 2017, apenas 6 países da UE definiram uma taxa normal

acima da portuguesa, nomeadamente: Hungria (27%), Dinamarca (25%), Croácia (25%), Suécia (25%), Grécia (24%) e Finlândia (24%). Em relação à taxa intermédia, apenas 6 países da UE definiram taxas superiores à portuguesa, em 2017.

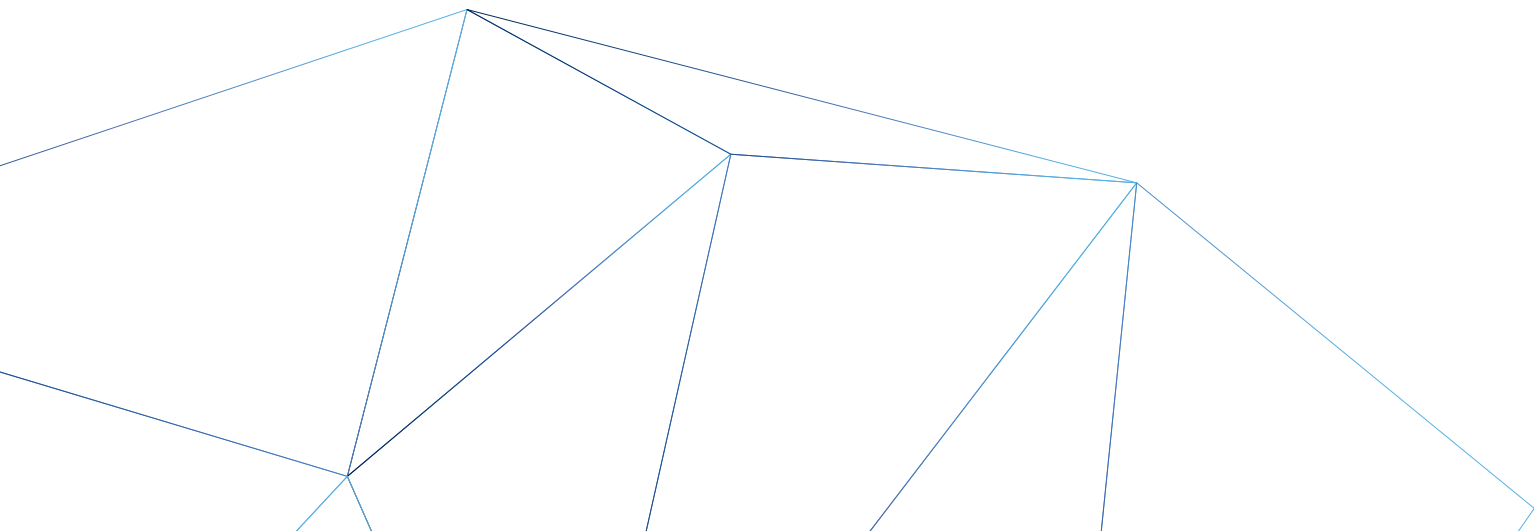
QUALIFICAÇÃO



DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

A **qualificação** da população portuguesa constitui um **vetor crucial** para o **crescimento económico** e para a promoção da **coesão social**. Presentemente, **os jovens portugueses entram no mercado do trabalho com um maior nível de escolaridade** e com melhores competências do que as gerações anteriores. Em 2016, a

percentagem da população empregada com menos de 24 anos com baixas habilitações (menos do que o terceiro ciclo do ensino básico) é já muito próxima da média da União Europeia (e já mais alta do que na zona do euro).



JOVENS PORTUGUESES MAIS QUALIFICADOS...

VALORES EM %

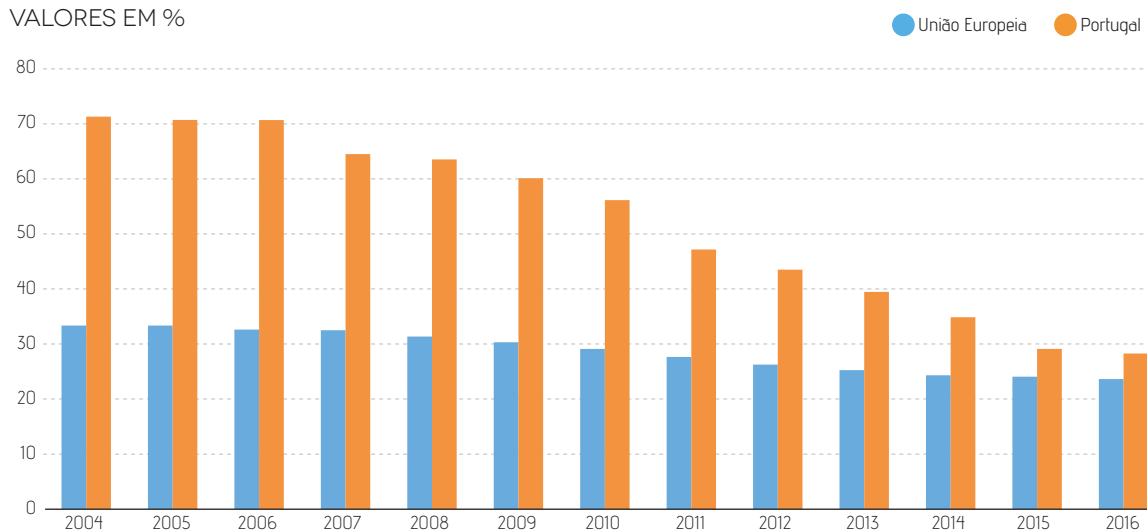


FIGURA 34 – PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO EMPREGADA COM MENOS DE 24 ANOS COM BAIXAS HABILITAÇÕES (MENOS DO QUE O TERCEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO). FONTE: EUROSTAT

No entanto, considerando a totalidade dos escalões etários, **Portugal é o país da União Europeia com a mais alta percentagem da população empregada com baixas habilitações.**

Este facto representa um desafio exigente ao nível da **formação de ativos**, requerendo a necessidade de desenvolver competências

através da aprendizagem ao longo da vida. Neste domínio exige-se também a **requalificação profissional**, quando necessário, dado que muitas profissões foram e serão extintas e outras profundamente reformuladas.

...MAS POPULAÇÃO EMPREGADA AINDA LONGE DOS PADRÕES EUROPEUS

VALORES EM %

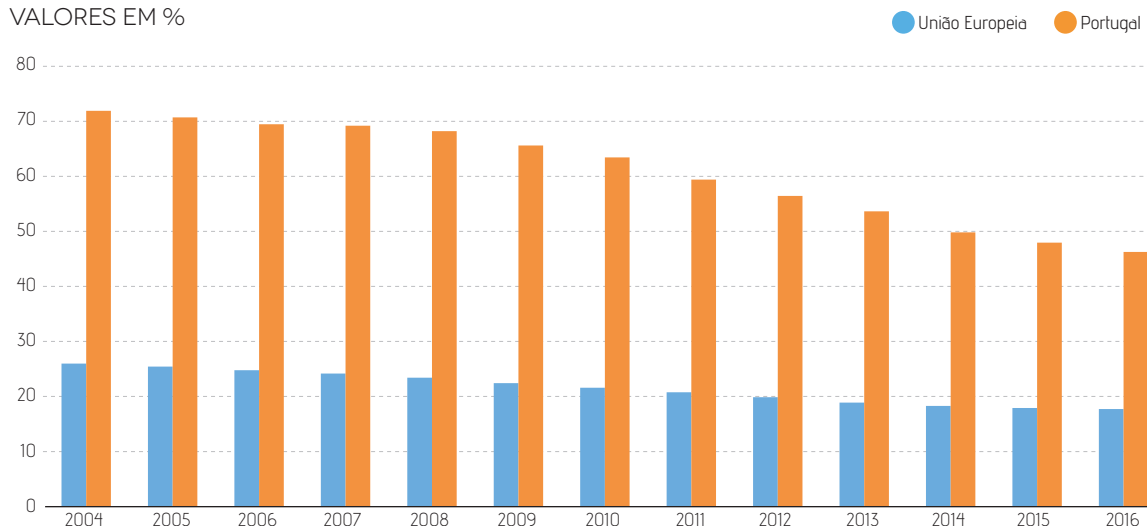


FIGURA 35 – PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO EMPREGADA COM BAIXAS HABILITAÇÕES (MENOS DO QUE O TERCEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO). FONTE: EUROSTAT

A velocidade a que se processam as transformações faz com que, se não forem, desde já, construídas respostas a esta realidade, a falta de recursos humanos qualificados em Portugal arrisca-se a ser uma das principais barreiras à inovação digital nos próximos anos.

Contudo, as **taxas de participação no ensino ou formação profissional** da população empregada permanecem **abaixo da média da União Europeia**.

BAIXA TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA EM ENSINO OU FORMAÇÃO PROFISSIONAL

VALORES EM %

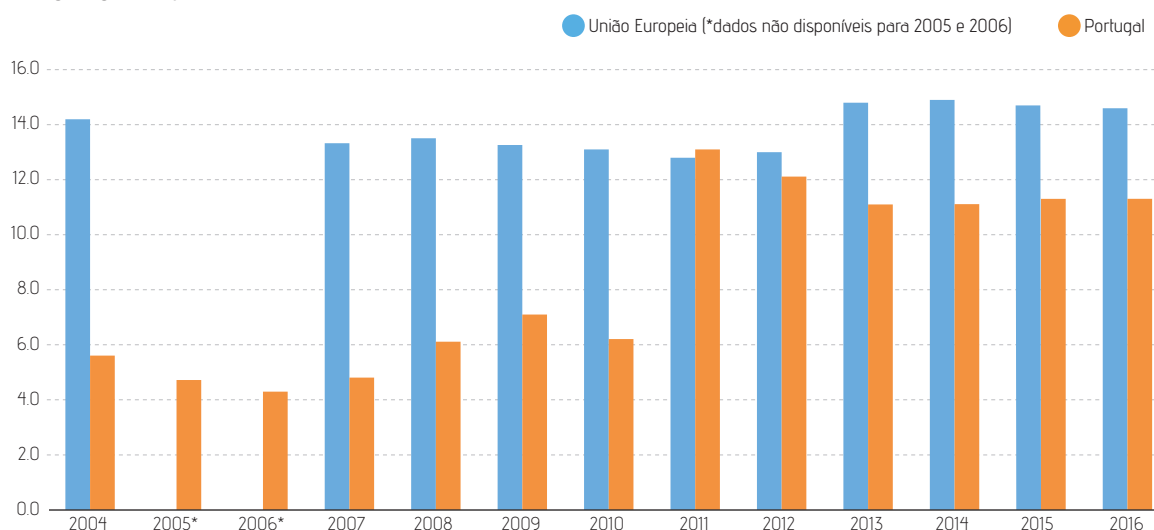


FIGURA 36 – TAXA DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA EM ENSINO OU FORMAÇÃO PROFISSIONAL.
FONTE: EUROSTAT

A necessidade de absorção pelo mercado do trabalho do **elevado número de desempregados** exige também um esforço importante de **qualificação e requalificação**, para que se ajustem às novas oportunidades de emprego que surjam e para evitar que sejam excluídos do mercado de trabalho, por obsolescência das competências que adquiriram anteriormente.

Neste esforço de qualificação de ativos, o Estado deveria centrar-se nas suas **funções de regulador** e delegar nas **Associações Empresariais e nos Centros de Formação Profissional**, competências de **gestão e execução dos programas** de formação e desenvolvimento empresarial.

A utilização dos fundos estruturais, nomeadamente do Fundo Social

Europeu tem vindo a desviar-se desta orientação, sendo **escassas** as verbas para **ultrapassar os défices de qualificação** existentes nas empresas e para a **requalificação** de desempregados.

A listagem de operações aprovadas ao abrigo do Portugal 2020 mostra bem como o financiamento de medidas ativas de emprego ou, ainda, de bolsas para estudantes de ensino superior, tem vindo a absorver uma fatia significativa dos apoios do Fundo Social Europeu (quase 30%), tornando mais escassos os recursos destinados a ações de formação profissional.

A mesma listagem mostra também em que medida as **entidades públicas** têm vindo a **absorver uma grande parcela dos fundos estruturais**, nomeadamente do Fundo Social Europeu.

ENTIDADES PÚBLICAS ABSORVEM GRANDE PARCELA DOS PROGRAMAS APOIADOS PELO FSE

Programa Operacional	Fundo Aprovado (Unid. Euro)	%
Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego	914.812.590	
Privado	230.493.769	25%
Público	684.318.821	75%
Programa Operacional do Capital Humano	1.768.600.927	
Privado	330.940.092	19%
Público	1.437.660.835	81%

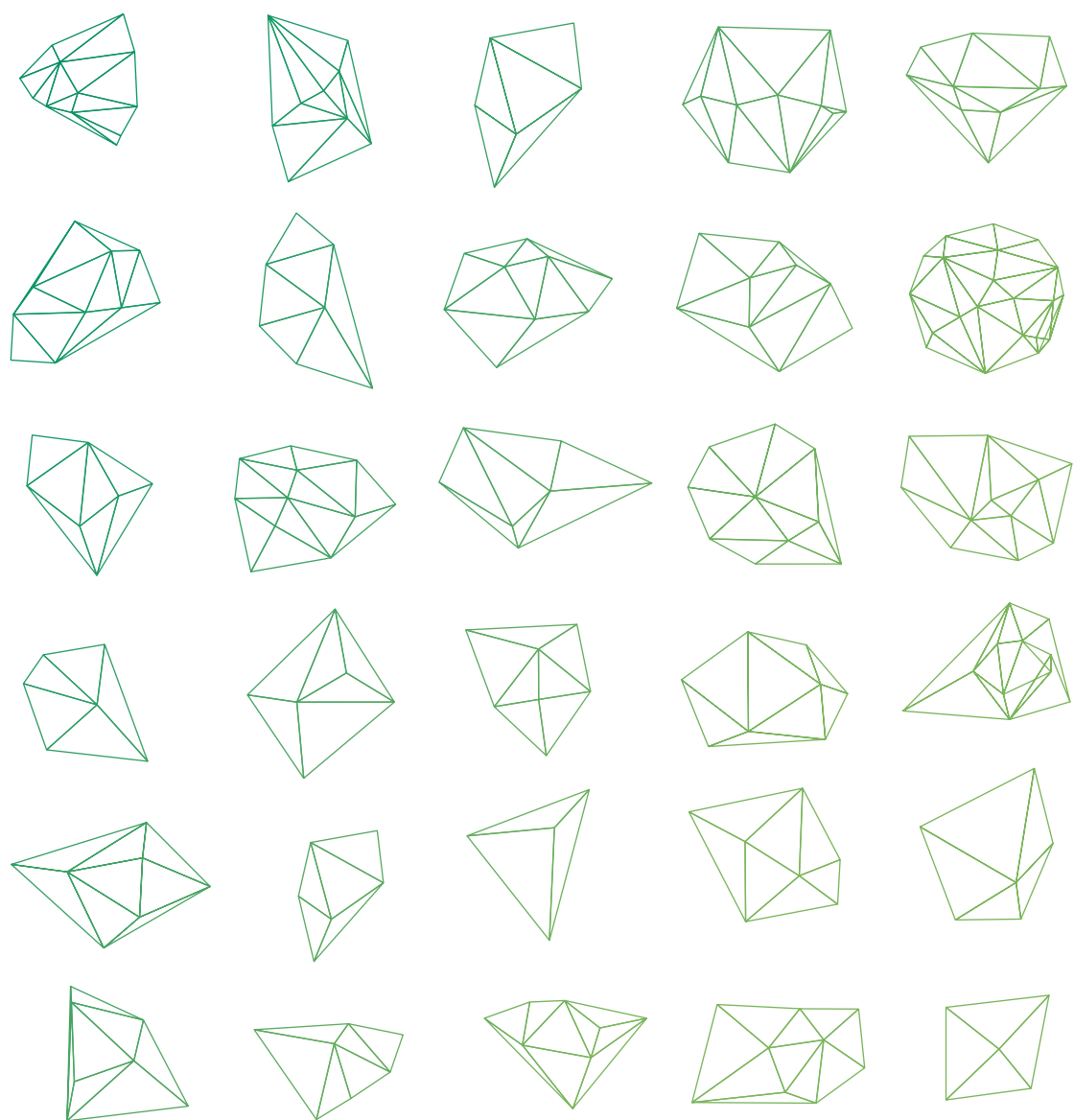
FIGURA 37 – PORTUGAL 2020: FUNDOS APROVADOS POR BENEFICIÁRIO PÚBLICO OU PRIVADO; SITUAÇÃO EM 30.04.2017.
FONTE: AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO

Em contrapartida, os **promotores privados** defrontam-se com **dificuldades operacionais** de várias ordens na apresentação dos seus

projetos, **atrasos** na avaliação das candidaturas e **não aprovação** de projetos por motivos que não compreendem.









COFINANCIADO POR:



CIP
CONFEDERAÇÃO
EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa

+351 213164700
+351 213579986

www.cip.org.pt
geral@cip.org.pt